



ADVERSO

nº 202 - julho / agosto de 2013

ISSN 1980315-X



Aderir ou não à Empresa Pública de Serviços Hospitalares?

Sindicalistas reclamam que novo
modelo fere a autonomia das
instituições de Ensino Superior,
enquanto quem já contratou
aponta avanços na gestão

Páginas 10 a 13



Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA
UFRGS | UFGSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**
1º Vice-Presidente - **Claudio Scherer**
2º Vice-Presidente - **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**
1ª Secretária - **Maria da Graça Saraiva Marques**
2ª Secretária - **Marilda da Cruz Fernandes**
3º Secretário - **Ricardo Francalacci Savaris**
1º Tesoureiro - **Daltro José Nunes**
2º Tesoureiro - **Vanderlei Carraro**
3ª Tesoureira - **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufgrs.org.br
www.adufgrs.org.br

ADVERSO

Publicação bimestral
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Ideograf

Conselho Consultivo

Gloria Ferreira - Fabico/Ufrgs
Lúcio Vieira - IFRS - Campus POA
Paulo Machado Mors - Instituto de Física/Ufrgs
Flávio Porcello - Departamento de Comunicação/Ufrgs
Francisco Marshall - Departamento de História/Ufrgs

Edição: **Adriana Lampert**
Reportagens: **Ana Esteves, Araldo Neto, Marco Aurélio Weissheimer e Patrícia Comunello**
Projeto Gráfico: **Eduardo Furasté**
Diagramação: **André Lacasi**

Produção e Edição



VERDEPERTO

(51) 3228 8369

SUMÁRIO

04

CARREIRA

Docentes do IFRS largam na frente em novo modelo de ascensão
por **Patrícia Comunello**

REPORTAGEM

Hospitais universitários federais discutem adesão à empresa vinculada ao MEC
por **Araldo Neto**

10

14

EM FOCO

Trabalhos de conclusão de professores indígenas são publicados em artigos

PING-PONG

Glauca Camprecher
"Há um novo grupo social que é consequência de uma profunda mudança no mundo do trabalho"
por **Marco Aurélio Weissheimer**

16

20

ESPECIAL

Cotas garantem exercício de cidadania para indígenas
por **Ana Esteves**

POLÊMICA

Academia contesta residência compulsória
por **Ana Esteves**

23

26

VIDA NO CAMPUS

Projeto de extensão divulga cultura gaúcha através da dança
por **Araldo Neto**

HISTÓRIA

Universidade de Córdoba chega ao quarto século de existência

30

33

POLÍTICA

Qual o futuro dos protestos que sacudiram o Brasil?
por **Patrícia Comunello**

JURÍDICO

37

EDITORIAL

Democracia: essa luta é nossa

Este número da revista Adverso marca o fim de uma gestão e o início de outra. Neste mês de agosto teremos a troca da direção da Adufrgs-Sindical. Após uma eleição que marcou a introdução da votação eletrônica na vida do sindicato e que contou com a maior participação de filiados na história da Adufrgs, podemos comemorar a modernização da nossa entidade.

É tarefa da direção do Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior estar permanentemente aberto às inovações tecnológicas, à modernização dos processos de participação da sua comunidade, e alerta às diferentes formas de comunicação. Tudo em nome da maior integração dos filiados, tudo em nome do aprimoramento da democracia.

Expressão marcante da importância dos meios eletrônicos de comunicação foi a força das mobilizações populares em prol de mudanças no País. Errou quem não percebeu o poder aglutinador e de discussão das redes sociais via web. No entanto, devemos ter presente que tais recursos são instrumentos poderosos na mobilização e na facilitação da participação, mas não substituem as instituições e nem organizam por si mesmos a luta.

A mobilização nacional pela defesa dos 10% do PIB para a Educação, 10% do Orçamento da União para a Saúde, pelo Fim do Fator Previdenciário, pela Reforma Política Imediata e pelo Combate à Corrupção, dentre outras, fazem destas lutas as nossas lutas.

Esta é a busca pela qualidade do serviço público: para garantir escola de quali-

dade temos que ter equipamentos de qualidade, prédios de qualidade, currículos com qualidade, professores de qualidade. Para isso os docentes devem ter carreiras e salários atrativos. A Educação assim como a Saúde, a Segurança, o Transporte, a Previdência, não podem ser tratados como mais um negócio para gerar lucro para empresas privadas. O estado deve se fazer protagonista na oferta de serviços públicos, gratuitos e com qualidade.

É por isso que a Adufrgs-Sindical participa ativamente dos debates que envolvem a educação na Conae. Integramos os fóruns Estadual e Municipal de Educação, e participamos na esfera nacional, juntamente com o Proifes-Federação, das discussões em defesa da educação pública e gratuita.

Neste mês de agosto teremos a realização do IX Encontro Nacional do Proifes-Federação. Lá estaremos com uma das maiores delegações do País, mais uma vez participando ativamente da construção do novo movimento sindical, defendendo a educação como um direito de cidadania, a liberdade de organização e a ampliação dos mecanismos de participação de todos, em nome do aperfeiçoamento da democracia no País.

Nosso sindicato é um dos que mais cresce no Brasil, e isso decorre dos acertos na condução das lutas, mas também da capacidade de aprender com os erros, e corrigi-los. A força do sindicato está na sua capacidade de patrocinar o debate, mobilizar seus associados e encaminhar a luta reivindicatória em total sintonia com os interesses da categoria.

Docentes do IFRS largam na frente em novo modelo de ascensão

por Patrícia Comunello



Assembleia ocorrida em Bento Gonçalves aprovou proposta de progressão da carreira a ser examinada por Conselho Superior

Os professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) largam na frente na definição do novo sistema de progressão da carreira. A proposta com os itens a serem considerados e respectivas pontuações aguarda o exame do Conselho Superior (Consup) da Instituição para entrar em vigor. A expectativa é que o processo de validação se complete até dezembro. Um dos trunfos do modelo foi ter provocado debates nos 12 campi, que reúnem quase 700 docentes. Foi uma legítima maratona, iniciada no ano passado, e cuja chegada irá mexer com a vida de muita gente.

A nova plataforma cumpre lei federal do final de 2012, regulamentada por uma portaria em junho. O novo estágio para escalar os níveis da carreira faz parte das mudanças advindas do acordo realizado há um ano com sindicatos da categoria. A revista Adverso traz nesta edição a íntegra do documento entregue à Reitoria. Quem ajudou a construir o novo modelo garante que há espaço e motivação para to-

dos os perfis de desenvolvimento da carreira - do ensino, pesquisa e extensão à atuação na gestão.

"Todas as atividades dos professores foram consideradas. Nosso objetivo foi reconhecer e legitimar o trabalho docente, independentemente da natureza, da área de atuação ou de conhecimento", pontua o presidente do grupo de trabalho das Comissões de Progressão de Pessoal Docente (GT-CPPDs), Clívio Bueno Soares Terceiro. As plenárias contaram com 36 delegados escolhidos pelos 12 campi e aprovaram, no final de junho, em Bento Gonçalves, e no início de julho, em Farroupilha, a proposta a ser examinada pelo Consup.

A reitora do IFRS, Cláudia Schiedeck Soares de Souza, valorizou a forma como foi elaborada a proposição, baseada em consenso após muita discussão. "O grupo foi criado para formar uma minuta que garantisse que a proposta viesse como construção da própria comunidade", qualifica a gestora. Cláudia promete que a análise no conselho será



Clávio Terceiro, coordenador do GT-CPPDs: "Estamos reconhecendo o trabalho de cada um dos professores"

ágil, mas adianta que as comissões do órgão terão de fazer avaliações, verificar se as disposições e formas de avaliação sugeridas seguem a legislação. "As comissões serão ouvidas para que não se crie uma norma que não possa ser aplicada", justifica.

Instituições públicas como o IFRS são permanentemente auditadas e podem ser acionadas pela Advocacia Geral da União (AGU), Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério Público Federal (MPF). Cláudia lembra que um acórdão do TCU exige a articulação entre todas as áreas. "O foco não é apenas meritocracia, mas induzir o desenvolvimento. O plano é a forma de dizer que quem gosta de atuar em pesquisa e extensão será valorizado pela Instituição." Em agosto, o Consup deve ter sessão, mas a reitora antecipa que considera muito difícil que no mesmo encontro seja possível a manifestação. "A tendência é seguir o que será proposto", adianta.

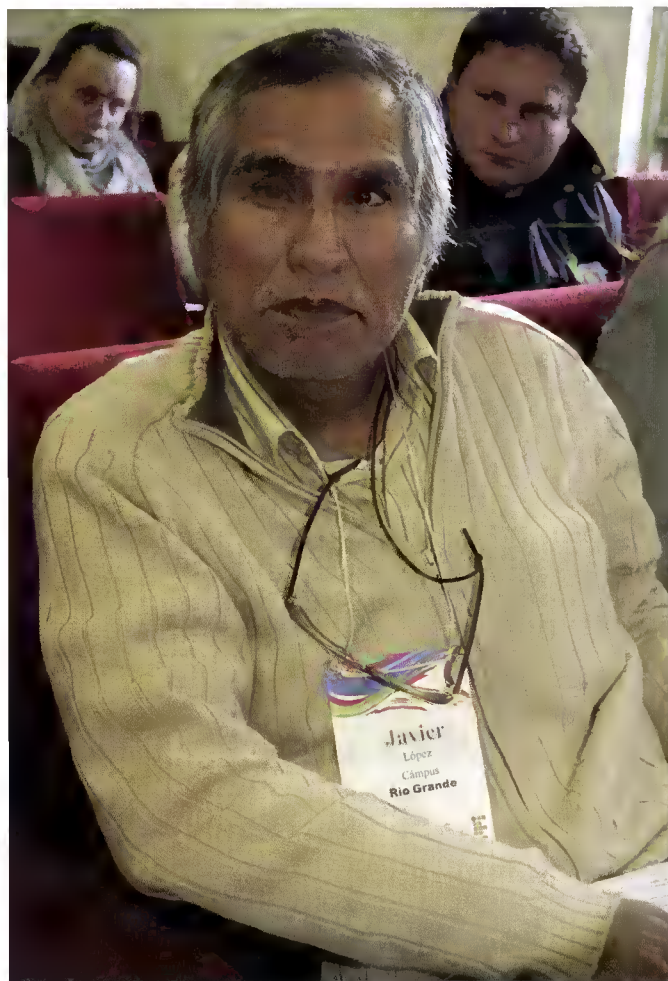
Duas estratégias embarcadas no documento são destacadas por delegados: transição de dois anos (exatamente o prazo do interstício) para adoção das novas regras e a padronização de critérios entre os campi. O pilar da plataforma é a avaliação. Clávio Terceiro, que é professor de Administração do Campus Porto Alegre e coordena o GT criado pela Reitoria para tratar o tema, reforça que a proposta apresenta exigências mínimas vinculadas ao ensino que todos os docentes devem comprovar para obterem a

progressão.

Atualmente há equiparação de níveis e remuneração entre a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e o Magistério Superior (MS). No País, a rede do EBTT soma mais de 500 mil alunos e 31 mil professores. O Ministério da Educação (MEC) projeta o ingresso de mais 24 mil vagas nos próximos anos, cujos cargos foram criados na Lei 12.772, a mesma que mexeu na vida dos professores, alterando o intervalo de 1,5 ano a dois anos. Ainda falta implementar o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), que aportará alternativas para compensar inexistência de titulações acadêmicas, quesito que gera evolução em níveis e padrões de remuneração. Segundo o MEC, o conselho permanente do RSC foi definido em junho e tem representantes do governo e de categorias que atuam no ensino.

O que espera os professores

O rol de itens da nova matriz de progressão foi estruturado em seis grandes grupos (atividades de ensino, pesquisa e extensão, gestão acadêmica, capacitação docente



Professor Javier Lopez diz que a ideia é atender demandas de uma nova instituição, com outra lógica de ver a educação



Cintia Mussi: "Intenção é possibilitar que o docente se envolva em atividades que tem maior interesse"

e desempenho didático). A expectativa do GT que consolidou a proposta, após seis meses de discussões em todos os campi, é que o Consup analise e decida o quanto antes, sem alterações. Clívio Terceiro lembra que a comunidade propôs, durante o prazo de debates e esclarecimentos do modelo mais de 130 emendas, e que todas foram analisadas.

"Muitas se repetiam, mas acredito que conseguimos captar e contemplar os anseios de todos", tranquilizou o presidente do GT durante a assembleia de junho. A expectativa é que até dezembro as medidas já possam ser aplicadas a cada profissional. Entre as vantagens da proposta, Clívio Terceiro citou uma transição, assegurada para o primeiro período de vigência da nova regra. Os docentes poderão optar por seguir o modelo que vigora em seu campus ou ingressar no novo plano. Os processos continuam a ser tarefa das CPPDs existentes em cada unidade.

A proposta é baseada em uma pontuação necessária à progressão a ser alcançada pelo docente: 1.680 pontos, que podem ser alcançados somente pelas atividades de ensino ou pela realização de um mínimo destas e a composição da pontuação com as demais atividades docentes, sejam vinculadas à pesquisa, extensão, gestão acadêmica ou capacitação.

A pontuação está baseada no Plano de Trabalho Docente do IFRS e busca garantir a progressão do professor que obtenha êxito em 75% de suas atividades. "A regra proposta não exige o máximo, e isso é absolutamente positivo, pois nossa atividade exige compromisso social e a sociedade espera respostas. Porém, não se deve exigir mais do que é possível a cada docente contribuir com uma educação de qualidade", justificou Clívio Terceiro.

Para a progressão, há uma cláusula de barreira em relação ao ensino que é de, no mínimo, 6 horas semanais em 20 semanas de aula, por quatro semestres. Assim, cada hora de aula equivale ao valor de 1,75 pontos e as demais pontuações podem ser obtidas conforme a lista (reproduzida na íntegra nas páginas 8 e 9) que tem, por exemplo, realização e orientação em pesquisas, projetos de extensão, defesas de dissertações e teses, publicação de livros, registro de patentes, participação em eventos científicos e mesmo exercício de cargos de gestão.

Além disso, um dos seis grupos prevê a avaliação pelos alunos, que já ocorre e também terá impacto no avanço, conforme prevê a Portaria MEC 554 de 20 de junho de 2013.

Aposta na diversidade

Do lado de quem participou diretamente da formulação da proposta, a ansiedade é para ver as medidas logo em vigor. Os representantes dos 12 campi nos encontros que fecharam o documento ressaltam que o texto conseguiu atender a todos os perfis. O professor de Matemática do Campus Rio Grande, Javier Garcia Lopez, encarou a empreitada como "grande responsabilidade". Membro da CPPD em sua unidade, ele destacou que o resultado combinou o interesse dos professores e os anseios da sociedade, que colherá os frutos de um ensino de melhor qualidade. "Espero que tenhamos estado à altura das necessidades desta obra. Só o tempo dirá quanto acertamos e quanto erramos", condicionou o docente de Rio Grande.


Para a professora de Educação Física no Campus Resinga, em Porto Alegre, Cintia Mussi Alvim Stocchero, os avanços foram claros. O modelo desenhado, citou, adequou-se à linha de trabalho de um instituto, que não segue a cultura das universidades. "No início, cogitou-se limitar a pontuação para extensão ou pesquisa, o que não faz sentido. É importante dar oportunidade para que a pessoa siga a sua vocação", defendeu a professora. "Não se pode exigir pontuação em todos os eixos. A intenção é possibilitar que o docente possa se envolver em atividades que ele tem maior interesse em cada etapa", esclareceu Cintia, antevendo que a composição mais diversificada de avaliação demandará mecanismos para estimular as atividades. "A cultura de pesquisa e extensão está em fase

inicial de construção.”

E foram justamente as peculiaridades de cada campus que desafiaram o grupo. O biólogo e professor na licenciatura de Ciências da Natureza no Campus Porto Alegre, Cassiano Pamplona Lisboa, apontou que o esforço se concentrou em depurar as duas propostas que estavam na mesa e formular o modelo do IFRS. “A vitória do processo foi termos conseguido coesão. Pode não ter sido a proposta ideal, mas foi a possível”, conceitua Lisboa. Um dos itens que teve maior ênfase foi garantir que atividades de pesquisa e extensão possibilitem escalar os níveis.

O professor da unidade do Centro da Capital, que coordena um projeto de extensão em educação ambiental e um grupo de pesquisa na sua área, encarou as regras futuras como instrumento para assegurar que a política acadêmica inclua em seus planos de investimento todos os segmentos. Outro efeito é a exigência de gestão mais forte das carreiras. “Após completar um interstício, o professor começa a se planejar para o seguinte e exigirá preparação individual e apoio da Instituição”, propôs Lisboa.

O professor de Física do Campus de Canoas e integrante do GT, Érico Kemper, observa que a proposta teve avanços e foi o melhor resultado para a carreira. “Há uma grande

ansiedade dos colegas sobre a progressão”, indica Kemper. Ele considerou que uma das virtudes é a possibilidade de adaptação às novidades, já que está prevista a adaptação no primeiro interstício de vigência do novo modelo. “Os professores poderão conhecer e testar a sua atividade para evitar que sejam prejudicados”, lembrou Kemper. 

Por dentro da regra

Lei 12.772 (28/12/2012): Equiparou as carreiras do Magistério Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), que passaram a ter o mesmo número de níveis e remuneração. A medida foi efeito do acordo com a categoria. A regra para ascensão do professor do EBTT passa a ser o desenvolvimento da carreira. A norma estipulou dois caminhos para progressão e promoção: avaliação (critérios a serem definidos em cada unidade e que estabelece os avanços em cada interstício (2 anos) e o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), cujos parâmetros serão definidos pelo Conselho Permanente do RSC, instituído pela portaria 443, de 4 de julho de 2013, com integrantes do governo, dirigentes de unidades de EBTT e dirigentes de entidades de trabalhadores do setor.

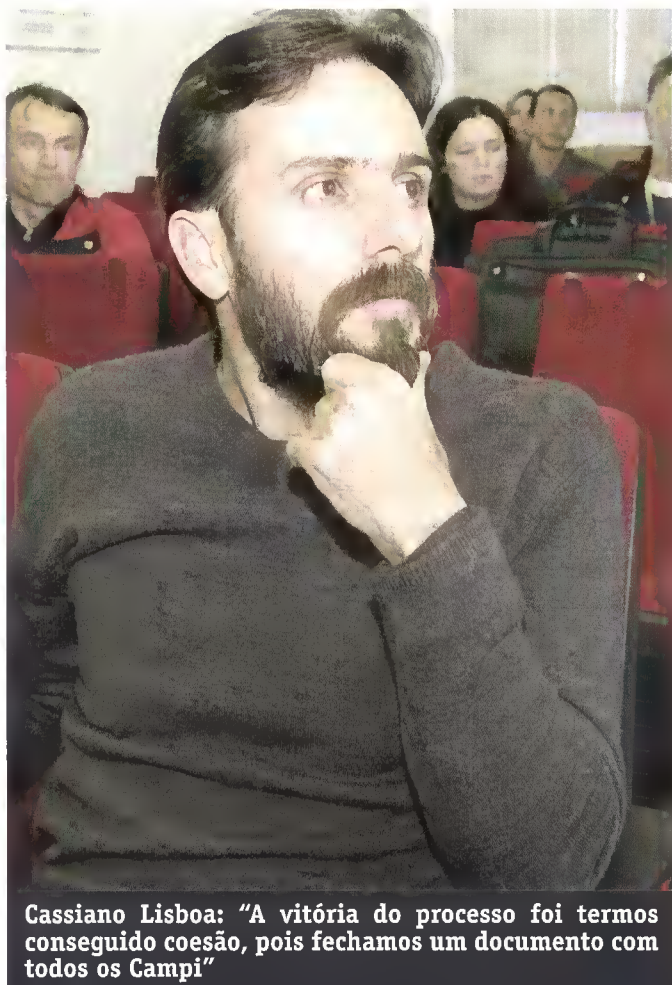
Portaria 554 (20/6/2013): estabeleceu as diretrizes para o processo de avaliação de desempenho para progressão e promoção dos docentes do EBTT.

A rede do EBBT:

Soma 41 instituições no País, sendo 38 institutos federais (IFs), 2 Cefets e Colégio Pedro II. As 440 unidades dos IFs somam 500 mil alunos e 31 mil docentes, com quadro de colégios militares, escolas técnicas e colégios de aplicação. Nos próximos anos, mais 24 mil vagas serão abertas.

Titulação do quadro:

- 34% com graduação ou aperfeiçoamento
- 34% com mestrado
- 22% com especialização
- 10% com doutorado



Cassiano Lisboa: “A vitória do processo foi termos conseguido coesão, pois fechamos um documento com todos os Campi”

Futuro da carreira docente no IFRS

**Íntegra da proposta a ser avaliada pelo Conselho Superior da Instituição
(O número entre parênteses se refere aos pontos máximos em cada quesito)**

Atividades de ensino

▪ Encargos didáticos de ensino:

Horas de aula – quantidade total (1,75), horas de aula no Ensino Médio Integrado (0,175), turmas/disciplinas (quantidade de cadernos de chamada) (15) e horas de aula em disciplinas que usem laboratórios – 0,1 ponto por hora (0,2).

▪ Outras atividades de ensino:

Orientação de trabalho de conclusão de curso (por orientado/semestre) (40), orientações semestrais de estágio curricular obrigatório (por orientado/semestre) (40), número de supervisão de estágio (por orientado/semestre) (15), participação em bancas de tese ou dissertação (30), participação em banca de monografia, trabalho de conclusão de cursos técnicos e superiores e em disciplinas de projetos e relatórios de estágio com banca (25), outras orientações (por orientado/semestre) (15), responsável por grupo de alunos em saídas para realização de atividades externas (visita técnica, evento cultural, apresentação artística ou cultural e competição esportiva) – por atividade (10), acompanhamento de grupo de alunos em saídas para realização de atividades externas (visita técnica, evento cultural, apresentação artística ou cultural e competição esportiva) – por atividade (5) e responsável por projeto de ensino aprovado por órgão competente (20).

Atividades de pesquisa e extensão

▪ Atividades de ensino e gestão vinculadas à Pesquisa e Extensão:

Orientação de bolsistas de Pesquisa ou Extensão (por semestre) (40), responsável por projeto ou por programa de pesquisa ou de extensão aprovados por órgão competente da instituição (a cada hora de coordenação) (1), participação em atividades de projetos de pesquisa ou de extensão aprovados por órgão competente da instituição (a cada hora de participação) (1), realização de curso, workshop, oficina e demais atividades relacionadas a ensino em projetos/programas de Extensão (por hora de aula) (1), consultor ad hoc (por trabalho) (10) membro de Comitê Editorial de publicação (por mês de participação) (10) e organizador de periódicos – por edição (100).

▪ Produção acadêmica e publicações:

Publicação de livro com ISBN (300), publicação de capítulo de livro com ISBN (80), publicação de verbete em dicionário técnico (80), tradução de livro publicado com ISBN (80), tradução de capítulo de livro com ISBN (40), edição ou organização de livro publicado com ISBN (80), publicação de artigo científico em revista indexada (ISSN) registrada no Qualis A1 ou A2 (300), publicação de artigo científico em revista indexada (ISSN) registrada no Qualis B1 ou B2 (250), publicação de artigo científico em revista indexada (ISSN), registrada no Qualis B3, B4 ou B5 (200), publicação de artigo científico em revista do IFRS (120), publicação de artigo científico em revista Qualis C ou não indexada (100), publicação de artigo na imprensa interna ou externa ao IFRS (10), publicação em sítio eletrônico especializado (10), publicação de resenha ou nota científica em revista indexada (ISSN) (40), publicação de trabalho completo em anais de evento internacional (140), publicação de trabalho completo em anais de evento nacional (100), apresentação de trabalhos em seminários científicos internacionais (120), apresentação de trabalhos em seminários científicos nacionais (80), publicação de resumo expandido em anais de evento internacional (100), publicação de resumo expandido em anais de evento nacional (70), publicação de resumo em anais de evento internacional (80), publicação de resumo em anais de evento nacional (40), participação como conferencista, palestrante, moderador ou membro de mesa redonda em eventos científicos/tecnológicos internacionais (120), participação como conferencista, palestrante, moderador ou membro de mesa redonda em eventos científicos/tecnológicos nacionais (80), avaliação/revisão de artigo por solicitação de periódico científico Qualis A (60), avaliação/revisão de artigo por solicitação de periódico científico Qualis B (40), avaliação/revisão de artigo por solicitação de periódico científico não indexado (20), ministrante de curso em evento internacional (80), e ministrante de curso em evento nacional (40), trabalhos publicados ou apresentados por alunos em mostras técnicas/iniciação científica ou que tenha docente orientador (20), intérprete em eventos oficiais não remunerados (por hora) (10), e jurado de concurso literário ou artístico na área do docente (20).

▪ Registros de propriedade:

Patente de invenção concedida (750), patente de invenção de-

positada (250), e registro de marcas, softwares e cultivares (200) .

• **Organização de eventos, congressos, seminários, mostras tecnológicas e afins:**

Organização de eventos esportivos, acadêmicos e culturais (por evento) (100), edição de rádio, cinema, vídeo ou televisão, vinculada à atividade docente/IFRS (20), participação na organização de mostra científica/tecnológica do IFRS (50), avaliação/revisão de trabalho em eventos internacionais – por trabalho (10), e avaliação/revisão de trabalho em eventos nacionais – por trabalho (5).

• **Produção artístico-cultural**

Autoria de peça teatral ou musical publicada (50), direção de peças teatrais, cinema ou vídeo (40), coreografia apresentada (10), roteiro de cinema, vídeo, rádio ou televisão (20), partituras editadas (20), composição musical apresentada ou criada para cinema, vídeo, rádio, televisão, teatro ou dança (30), arranjo de peças musicais instrumentais ou vocais (20), exposições individuais de fotografias, biografias e outros gêneros de interesse do setor (20), curadoria de exposições científicas ou artísticas (10), participação em salões de arte ou exposições coletivas de artes plásticas e fotografia referendada pelo conselho de instituições reconhecidas (10), produção de espetáculos, cinema, rádio, televisão, vídeo, audiovisual ou mídias eletrônicas (20), participação especial/parcial em concerto, show ou recital (10), recital, show ou concerto (30), e reapresentação de recital, show, concerto ou outra apresentação artística (10).

Exercício de gestão acadêmica

Cargo de reitor, pró-reitor e direção geral de campus (por mês de exercício) (70), cargos de direção (por mês de exercício) (50), cargos de coordenação (por mês de exercício) (40), cargos de coordenação de curso (por mês de exercício) (40), membro de comissões permanentes (por mês de exercício) (20), membro de comissões permanentes multicampi (por mês de exercício) - caso pontue na comissão multicampi, não deverá pontuar na comissão do campus (20), membro de comissão de sindicância e processo administrativo por designação (por mês de participação) (30), membro de comissão constituída por ato da direção do campus (por mês de exercício) (20), membro de comissão de elaboração ou revisão de PPC (por elaboração ou revisão concluída e aprovada no conselho de campus - por mês de exercício) (30), participação no Consup (por mês de exercício) (30), participação em órgãos colegiados no campus

(conselho de campus, colegiado de curso, NDE, entre outros) (por mês de exercício) (20), participação em grupos de trabalho criados para o estudo, desenvolvimento ou revisão de regulamentações específicas no âmbito do IFRS (por mês de exercício) (20), participação em grupos de trabalho criados para o estudo, desenvolvimento ou revisão de regulamentações específicas no âmbito do campus (por mês de exercício) (10), participação em núcleos vinculados às ações afirmativas (por mês de exercício) (20), substituição de reitor, diretor-geral, diretor sistêmico e coordenador (1/30 da pontuação referente ao cargo exercido por dia) (30), responsável técnico por laboratório, setor de produção (agrário), científico e educacional (30), representação em órgãos ligados à Ciência e Tecnologia (por mês) (20), participação como membro de conselho ou associação representativa de classe profissional (por mês de participação) (20), participação em banca examinadora de concurso público para a contratação de docentes efetivos do IFRS (30), participação em banca examinadora de concurso público para a contratação de docentes efetivos de outras instituições educacionais (10), participação em processo seletivo simplificado para a contratação de docentes substitutos ou temporários do IFRS (20), elaboração de questões para concurso público do IFRS (por questão) (5), e elaboração de questões para Enem/Enade (por questão) (5).

Capacitação docente

Matrícula em curso de pós-graduação stricto sensu sem afastamento (por mês de vínculo, incluindo férias) (70), defesa de dissertação/tese homologada pelo programa de pós-graduação (uma única vez por titulação) (300), aprovação em qualificação de projetos de mestrado ou doutorado (100), curso de licenciatura em educação profissional e tecnológica (por hora aula cursada com aprovação) (2), participação em curso de pós-graduação lato sensu sem afastamento (por hora aula cursada com aprovação) (2), participação em cursos de capacitação (por hora de aula) (1), conclusão de pós-doutorado (300), participação em eventos (congressos, conferências, seminários, mostras tecnológicas e afins) internacionais sem apresentação de trabalho – por evento (50), e participação em eventos (congressos, conferências, seminários, mostras tecnológicas e afins) nacionais sem apresentação de trabalho – por evento (40) .

Desempenho didático

Avaliação pelo corpo docente (90-150).

Fonte: Grupo de Trabalho IFRS

Hospitais universitários federais discutem adesão à empresa vinculada ao MEC

por Araldo Neto



Divulgação / Clóvis de Souza Prates / Ufrgs

Hospital de Clínicas de Porto Alegre foi utilizado como exemplo para a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

Criada para recuperar os hospitais vinculados às universidades federais, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) tem sido alvo de discussões em todo o País. A nova empresa pública, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), passa a ser responsável pela gestão de hospitais universitários federais (HUFs) por meio de contrato. Cabe às instituições optarem ou não pela adesão à EBSERH. A mudança, no entanto, está sendo questionada na Justiça pelo Ministério Público Federal (MPF), que entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a criação da EBSERH. Em outra ação, o MPF diz que a contratação de pessoal pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) também é ilegal e fere a autonomia das universidades – posição que é defendida por sindicatos e pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra).

De acordo com a assessoria de imprensa da EBSERH, dos 46 HUFs espalhados pelo Brasil, cinco (ver quadro na página ao lado) já assinaram contrato com a empresa. Outras 33 instituições demonstraram interesse em aderir ao novo modelo de gestão e estão em fase de dimensionamento das necessidades de contratação de pessoal e ampliação de serviços que integrarão o Plano de Reestruturação das respectivas unidades, para em seguida, aderir ao modelo. Entre as vantagens que promete, a EBSERH atuará no sentido de modernizar a gestão dos HUFs, preservando e reforçando o papel estratégico desempenhado pelos centros de formação de profissionais na área da saúde e de prestação de assistência à saúde da população integralmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) foi utilizado como exemplo para a criação da empresa. Vinculado academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(Ufrgs), o HCPA possui autonomia administrativa, garantida pela lei federal 5.604, de 1970. O hospital é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e com patrimônio próprio. O formato é considerado a razão para o sucesso do HCPA, comparado com os demais HUFs do Brasil que são autarquias pertencentes às universidades. De acordo com o professor de Epidemiologia da Ufrgs, Jair Ferreira, que também é assessor da vice-presidência médica do Hospital de Clínicas, a solução para o problema dos HUFs seria a transformação de cada um em empresa pública, como acontece no HCPA. Ele destaca que isso chegou a ser sugerido às instituições, mas a maioria dos reitores não aceitou. No entanto, o professor defende a EBSEH, sendo o “modelo possível politicamente”. “Acreditamos que se as universidades aderirem, e se a gestão for como é a do Clínicas, há possibilidade de melhorias em seus hospitais”, afirma.

Autonomia universitária deve ser preservada

No HCPA, toda a linha administrativa é desvinculada da Ufrgs. O hospital pode contratar profissionais e realizar concursos, independente da Universidade. No entanto, a presidência é designada pelo reitor da Ufrgs, assim como o conselho diretor é composto, na maior parte, por membros da Universidade. Segundo Ferreira, o superintendente dos hospitais administrados pela EBSEH será indicado pela universidade contratante e os demais dirigentes serão escolhidos de comum acordo entre a empresa pública e a instituição. “A autonomia universitária está preservada. Toda a parte acadêmica é definida pela instituição de ensino, sem interferência do hospital, que se limita em dar estrutura para que as atividades que combinem assistência e ensino estejam adequadas”, informa.

Na interpretação do coordenador de Administração e Finanças da Fasubra, Rolando Rubens Malvásio Junior, a EBSEH não resolve os problemas dos hospitais e interfere, sim, na autonomia e no ensino. Ele critica que a empresa transformará os HUFs em subsidiárias que respondem legalmente como sociedade anônima, atraindo a atenção da iniciativa privada, o que futuramente pode resultar em convênios através de parcerias público-privadas (PPPs) e até

ações no mercado aberto, como bolsa de valores. O assessor da vice-presidência médica do HCPA contesta as afirmações do sindicalista e rebate que, por lei, os hospitais não podem ingressar no mercado de ações. “É um temor sem base. Se o exemplo é o Hospital de Clínicas, nós estamos aqui há 40 anos sem transformá-lo em sociedade anônima”, argumenta.

O coordenador da Fasubra questiona também a quebra de autonomia das universidades com relação às pesquisas realizadas pelos HUFs, que concentram em torno de 90% das pesquisas de ponta do País. Para Malvásio Junior, o foco dos estudos passará a ser mercadológico. “O hospital sai da esfera de influência da universidade e entra na de influência da iniciativa privada, prejudicando inclusive a extensão universitária com a comunidade”, opina. Como um exemplo que poderá vir a ocorrer, o coordenador citou o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), que é referência no estudo de doenças tropicais, que afetam a população mais carente do País. “Com a EBSEH, o investimento nesse tipo de pesquisa pode passar da mão do estado para a iniciativa privada e favorecer interesses dos grandes laboratórios privados, com estudos que tenham alto retorno financeiro.” De acordo com o coordenador da Fasubra, essa possibilidade é o grande atrativo para planos de saúde e laboratórios.

Críticas às novas contratações por concurso público

Atualmente, cerca de 70 mil profissionais trabalham nos HUFs em todo o País. Destes, em torno de 26 mil servidores são recrutados por intermédio das fundações de apoio das universidades sob diversos formatos: regime da CLT, contratos de prestação de serviços e outros formatos que ca-

Instituições que aderiram ao modelo

- Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
- Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
- Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
- Universidade de Brasília (UNB)
- Universidade Federal do Piauí (UFPI)



Assessor da vice-presidência médica do HCPA, Jair Ferreira afirma que a transformação de cada um dos HUFs em empresa pública seria uma solução

racterizam vínculos precários sob a forma de terceirização, considerada irregular pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Para o coordenador da Fasubra, estes trabalhadores serão muito prejudicados e a categoria vai à extinção, já que os futuros profissionais da EBSEH passarão a ter emprego público regido pela CLT. “É obvio que isto complicará ainda mais a gestão e a convivência pacífica de todos no dia a dia dos hospitais”, opina.

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre, por ser uma empresa pública, também aplica o regime celetista. O assessor da vice-presidência médica, Jair Ferreira, analisa como vantajoso para o trabalhador o regime – que tem, entre outros benefícios, remuneração variável e plano de saúde. “Os funcionários da EBSEH serão admitidos por concursos públicos, isso vai prejudicar quem hoje atua nos HUFs”, dispara o coordenador da Fasubra. Ele afirma que a maioria destes funcionários perderá seus empregos, pois serão obrigados a concorrer em pé de igualdade com os recém-formados, quando ocorrerem os concursos. “A maioria destes servidores está há anos trabalhando longe dos bancos escolares – alguns, com dois ou três empregos para melhorar a renda familiar. Portanto, grande parte destes valiosos trabalhadores que ajudaram a manter os hospitais abertos diuturnamente, ganhando muito pouco, com salários vexatórios, perderá seus empregos, porque não vai passar nas provas”, argumenta.

O diretor da Adufrgs-Sindical, Vanderlei Carraro, que também é professor de Enfermagem, defende a realização de concursos para ingressar no quadro da nova empresa. “Eu não quero nenhum paciente sendo atendido por profissionais que não tenham qualificação. A gestão pública tem que se preocupar com isso. Ter uma administração sobre os HUFs significa deixar os trabalhadores preparados e atualizados para manter aquilo que chamamos de excelência. Nossa convicção nisso está baseada desde a criação no Hospital de Clínicas, a qual a gente acompanha”, defende Carraro.

Economia na compra de equipamentos e remédios

Segundo a assessoria de imprensa da EBSEH, em três anos de operação da empresa, a aquisição de medicamentos, insumos e equipamentos para os hospitais universitários – feita por pregão, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, e atualmente coordenada pela empresa pública – resultou em uma redução de 34,28% em relação ao preço de referência praticado pelo mercado. Além da economia, a empresa teria garantido transparência e agilidade na compra de equipamentos, medicamentos e insumos para os 46 HUFs. Entre os itens adquiridos estão equipamentos de última geração, que permitem a modernização do parque tecnológico das unidades de saúde, com ampliação da capacidade de atendimento de qualidade à população. “Na compra de mamógrafos, por exemplo, a economia foi de 55%. O preço de mercado, de R\$ 204 mil, caiu para R\$ 92,2 mil com o pregão.”

Os hospitais universitários que aderirem à EBSEH ainda podem ter avanços na área de sistema de informação. Atualmente, o HCPA centraliza todos os dados de pacientes em um aplicativo. Com base neste sistema, a nova empresa promete espalhar essa tecnologia para os hospitais conveniados. A utilização do Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU) deve proporcionar que os HUFs aprimorem seus processos de atendimento, estendendo aos pacientes facilidades como o prontuário eletrônico, por exemplo. Além disso, com o AGHU, o MEC passará a dispor de indicadores padronizados entre todos os integrantes da rede, o que facilitará a implementação de melhorias e a divulgação transparente de dados para o público.

Flexibilidade para investimentos

Cerca de 80% do atendimento do HCPA é via SUS. O restante, oriundo de convênios e planos privados, “dá flexibilidade para investimentos”, informa Jair Ferreira. De acordo com o gestor,

Argumentos contra a EBSEH

“É uma inversão de modelo de estado, que vai beneficiar a privatização em detrimento do atendimento à sociedade que realmente necessita dos serviços gratuitos públicos de referência.” **Rolando Malvácio Junior**, coordenador de Administração e Finanças da Fasubra

“Nossa preocupação é que é um serviço público voltado para o ensino. O que tem que ser feito é qualificar o serviço público e não acabar com ele. É inconstitucional. É a privatização e a desqualificação do serviço público.” **Jorge Eltz de Souza**, diretor do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul



Argumentos a favor da EBSEH

“A EBSEH tem menos risco de privatização do que o Hospital de Clínicas, uma vez que o segundo, em sua legislação, permite convênios privados. No caso da empresa pública, esta foi criada com a garantia que terá 100% de atendimento pelo SUS, sem acordo com convênios privados.” **Jair Ferreira**, assessor da vice-presidência médica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

“Na minha opinião, a EBSEH significa dar a gestão que os hospitais universitários não conseguem ter, enfim, recuperá-los, possibilitando à população uma melhoria de condição de assistência à saúde.” **Vanderlei Carraro**, professor de Enfermagem da Ufrgs.





Acreditar na EBSEH é acreditar no Hospital de Clínicas, afirma o professor da Ufrgs, Vanderlei Carraro


este dinheiro possibilita, inclusive, assistir pacientes com medicamentos e exames que o SUS não prevê. Como exemplo, o assessor do HCPA cita um remédio voltado para pacientes que sofreram acidente vascular cerebral isquêmico. “O tratamento, que deixa a pessoa sem sequelas, custa R\$ 3 mil. Durante seis anos o hospital bancou, o que evitou centenas de pessoas com este problema, graças ao dinheiro extra que a gente possui” afirma. Ferreira cita ainda a construção da Unidade Básica de Saúde na rua São Manoel, em Porto Alegre, como resultado do recurso arrecadado através do atendimento de convênios.

O gestor defende o formato de empresa pública do Hospital de Clínicas, que será adotado pela EBSEH, comparando com a maioria dos HUFs do Brasil. “Em 40 anos, esse hospital funcionou bem, venceu os obstáculos e está em uma situação boa. A maioria dos outros está com grandes dificuldades, fechando alas e tudo mais”, conclui. Vanderlei Carraro aponta que a responsabilidade das universidades continuará sendo a mesma, com a qualificação da gestão hospitalar oferecida por uma empresa, que vai ter como negócio gestão dos HUFs. “É este conceito do Clínicas, que se assemelha ao que a EBSEH está se propondo a implementar e já o está fazendo em alguns hospitais. Por que não acreditar nisso, se já temos o modelo aqui funcionando, e bem? Acreditar na EBSEH é acreditar no Hospital de Clínicas” afirma.

Enquanto isso, muitos HUFs do País se encontram atualmente em condições precárias. É o caso do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com cerca de 1 mil funcionários. Em torno de 65% destes profissionais são contratados pela fundação de apoio universitário. Além da questão de pessoal, o Hospital Escola de Pelotas sofre com a falta de casa

própria. De acordo com a diretora, Julieta Fripp, a universidade aluga uma estrutura com 100 leitos da Santa Casa de Misericórdia, além de comprar serviços daquela instituição, como lavanderia, alimentação, banco de sangue, exames de imagem e salas de bloco cirúrgico. “Temos um custo mensal com a Santa Casa de cerca de R\$ 200 mil. Pagamos também ao Pronto Socorro de Pelotas, para incluir nossos alunos em campos de estágios de urgência e emergência. Nós temos um hospital virtual”, afirma.

Formalmente, a UFPel já aderiu a EBSEH, porém os debates seguem acontecendo na cidade, com grande resistência dos sindicatos. “Nós temos um hospital em uma situação muito complicada no ponto de vista de déficit financeiro. A nossa conjuntura é bastante precária e a expectativa de adesão à EBSEH aparece como única opção. Não temos um plano B”, destaca Julieta. Por outro lado, algumas universidades com contrato assinado com a nova empresa pública já estão obtendo benefícios em seus hospitais. Recentemente foi realizado concurso para o Hospital Universitário do Piauí, em que foram aprovados mais de 1 mil profissionais que serão convocados à medida que os serviços são abertos ou ampliados.

No Hospital Universitário de Brasília, o concurso público está em curso, com inscrições abertas, e selecionará 1,1 mil profissionais. A assessoria de imprensa da EBSEH informa que essas contratações permitirão à instituição a reativação de leitos atualmente desativados em decorrência da falta de pessoal e a ampliação dos serviços de saúde prestados à população. Os próximos concursos a serem abertos serão dos hospitais universitários do Maranhão (UFMA) e do Triângulo Mineiro (UFTM). 

Trabalhos de conclusão de professores indígenas são publicados em artigos

Docentes da Faculdade de Educação e do Colégio de Aplicação da Ufrgs organizaram os textos, realizados em curso de especialização da Universidade

Patrícia Comunello



As professoras Maria Aparecida Bergamaschi e Juçara Benvenuti destacam a importância da obra, que contribui para o melhor entendimento

A rara existência de material impresso sobre povos indígenas em contraponto a um momento em que a escola deve trabalhar a questão do índio e do negro no currículo, desde as séries iniciais do Ensino Fundamental, inspirou a realização do livro *Educação Indígena Sob o Ponto de Vista de Seus Protagonistas*, lançado no dia 17 de maio deste ano, na Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A obra apresenta experiências vividas e analisadas sob a ótica da pesquisa-ação decorrente dos estudos de professores, gestores, lideranças e mediadores das políticas de educação escolar e saúde indígenas realizados no Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada

à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos do Proeja Indígena.

“A especialização foi planejada visando à formação de profissionais com capacidade de atuar na elaboração de estratégias e na previsão de condições necessárias para processos de educação escolar profissional e básica, específica e diferenciada, articulando aos saberes e aos modos de vida da tradição indígena os saberes da academia”, comenta a professora doutora do Colégio de Aplicação, Juçara Benvenuti. Ela organizou a publicação, ao lado das professoras doutoras Maria Aparecida Bergamaschi (Faced), e Tânia Beatriz Iwaszko Marques (Faced). “O livro foi feito a partir do trabalho de con-

clusão de professores indígenas, que demandaram este curso de especialização pelo Proeja”, detalha Juçara. No total, a obra reúne 22 artigos. Destes, oito foram escritos por professores não indígenas que atuam em escolas de comunidades

Kaingang, Guarani e Charrua, ou estão ligados a trabalhos em prol da educação destes povos.

“O maior desafio foi fazer a mediação entre os conhecimentos e a forma como estes são expressos, tanto pela comunidade indígena, quanto pela academia”, comenta Maria Aparecida. Na obra, os docentes acabam se tornando porta-vozes dos índios na sociedade envolvente. A prova mais legítima deste fato é o relato de vida de uma indígena Guarani que é cacique, apresentado em um dos artigos. Os demais textos são de alunos do curso, principalmente Kaingangs, que abordam temáticas

relacionadas à saúde e à vivência nas aldeias. Juçara revela que a publicação foi viabilizada com verbas da especialização e que os cerca de 500 exemplares publicados foram distribuídos entre os alunos-professores indígenas – para disseminarem a informação em diversas aldeias do Estado – e para algumas bibliotecas de escolas. A professora do Colégio Aplicação acredita que a leitura é válida para que a sociedade entenda melhor estes povos. “A imagem do indígena que nos repassaram pelos livros de história não é real, foi totalmente idealizada”, comenta. Segundo Juçara, o livro deverá servir também de subsídio para outros docentes trabalharem as características indígenas com os alunos em sala de aula.

Os indígenas que cursaram a especialização, aponta Juçara, fizeram cursos de licenciatura (Pedagogia, Geografia, História, Educação Física) em instituições como a Ufrgs e Unijuí, entre outras. “Porém, eles têm outro modelo de escola e queriam reunir informações que se adequassem à sua cultura. Por exemplo, eles trabalham com a questão do tempo e do espaço de forma diferente”, explica a docente. Para confirmar a afirmativa, Juçara conta que durante o curso, toda semana uma professora bolsista precisava ligar para os alunos integrantes uns dois a três dias antes, a fim de lembrá-los de que haveria aula. O tempo de curso e de preparação dos trabalhos de conclusão, segundo ela, durou em torno de 1 ano e meio.

Foi Juçara quem revisou os textos e formatou, transformando em artigos acadêmicos. “Alguns destes alunos, já pela experiência de cursos anteriores, produziram textos bem próximos do ideal, outros, menos. Mesmo assim, nós mantivemos as características da linguagem deles, cuja escrita acontece mais de acordo com a oralidade, puxando para o relato.” A docente explica que este respeito se deu muito em vista de que a ideia de produzir o livro partiu dos próprios indígenas, com a intenção de voltar para suas aldeias com informações impressas sobre temas multidisciplinares, e referências de diversas áreas da ciência. “Como eles trabalham mais com a oralidade, esta foi uma oportunidade de registrar e trocar informações entre aldeias e diversas áreas do saber, possibilitando que todos leiam o que todos escreveram”, explica a professora do Colégio de Aplicação.

Exemplo desta preocupação em manter a oralidade aparece em um dos textos, que apresenta a revitalização da cultura indígena, oportunizando conhecer seus valores, costumes e a identidade de cada etnia, além de possibilitar o resgate das origens do povo brasileiro. Nos demais artigos aparecem, sob a luz de suas próprias experiências, a forte ideia de que as etnias conseguem manter suas tradições, usos, costumes e valores, sua história e os conhecimentos adquiridos por meio das lições que são passadas nos relatos dos mais velhos.

“Na Universidade, temos um formato (acadêmico) distinto do que é apresentado no livro. Com esta obra, tivemos a oportunidade de dialogar com a diferença. Isso é muito salutar, pois é na diferença que se aprende”, avalia Maria Aparecida. Ela reforça que os indígenas colocam o diálogo como algo muito necessário, e lidam melhor com as diferenças, “enquanto nossa sociedade busca o individual”. “Neste sentido, compreender e criar um espaço para o pensamento indígena é muito importante para a Universidade”, conclui. ♡



ento da sociedade sobre a cultura indígena

Glaucia Camprecher

“Há um novo grupo social que é consequência de uma profunda mudança no mundo do trabalho”

Uma das características dos protestos de rua que vêm ocorrendo em vários países desde 2008 é a diversidade aparente de causas. O que aconteceu nas ruas do Egito é diferente do que aconteceu na Espanha, que é diferente do que ocorreu na Turquia, que é diferente do que se deu no Brasil. Em alguns casos, as diferenças são gritantes.

No Brasil, a desigualdade vem caindo e a economia está próxima da condição de pleno emprego. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nos últimos 12 meses encerrados em maio, a renda média do trabalho do brasileiro cresceu 3,1% em termos reais, descontada a inflação. O aumento da renda das famílias, conforme a mesma fonte, se deve mais ao crescimento do salário e menos ao aumento da ocupação, o que pode ser um sinal de pleno emprego. Em 12 anos, a renda dos 10% mais pobres da população cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos.

Já na Espanha, outro país que teve massivas mobilizações de rua, o número de desempregados superou no primeiro trimestre deste ano, pela primeira vez, a marca de 6 milhões de pessoas. Isso representa 27,16% da população ativa: 6,2 milhões de desempregados. Uma das expressões mais dramáticas dessa crise é o aumento do caso de suicídios por despejos imobiliários. Somente no ano de 2012, foram 119 casos relacionados à perda de moradia.

Considerando essas diferenças, é possível pensar semelhanças, do ponto de vista econômico, entre essas realidades aparentemente tão distintas? Em entrevista à revista *Adverso*, a professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Glaucia Camprecher, analisa estes temas e aponta uma semelhança entre os jovens que estão saindo às ruas no Brasil e os que saíram às ruas na Espanha, na Turquia e em outros países: “há um novo grupo social, entre 20 e 35 anos, de escolarização elevada, que não tem uma experiência de trabalho formal, não quer ter a mesma vida de seus pais e é consequência de uma profunda mudança que está acontecendo no mundo do trabalho”.

por **Marco Aurélio Weissheimer**



Adverso: Nos últimos anos, especialmente a partir da crise econômica internacional de 2007-2008, diversos países registraram massivas mobilizações de rua, com envolvimento de milhões de pessoas, especialmente jovens. O que chama a atenção do observador à primeira vista é que, em alguns desses casos, esses protestos ocorreram em realidades econômicas muito distintas, como é o caso de Espanha, Turquia e Brasil. A Espanha vive uma situação de desemprego que atinge cerca de metade da população jovem do país. Já no Brasil, há uma situação de pleno emprego. Como entender essas diferenças e as semelhanças entre o que vem ocorrendo nas ruas destes países?

Glaucia Campregher: A meu ver, o que tem de semelhante é exatamente a natureza desses jovens que, ou está desempregado lá, ou está empregado aqui, mas isso não é muito diferente. O desemprego espanhol entre jovens já era alto antes da crise. Então, há outras circunstâncias especiais envolvidas neste caso. O que há de comum nestas realidades distintas é a existência de um jovem com um pouco mais de idade, que tem mais estudo, às vezes já tem até uma profissão, mas que mora com a família, está desempregado temporariamente ou tem um trabalho precário, alternativo, ou temporário. Esta figura é um personagem novo. Não é mais aquele tipo clássico do jovem que estudava determinada profissão e se preparava para iniciar uma carreira. Quem é que hoje ainda tem carreira? Quem é que entra em um emprego hoje com a perspectiva de seguir ali o resto da vida? Esta é uma questão estrutural importante. O que é conjuntural, no caso em questão, é a situação específica da Espanha dentro da Europa mesmo antes da crise. Depois da crise, essa especificidade ganha outro significado.

Os jovens espanhóis já têm um know-how de sobrevivência fora do sistema, o que é expresso pelo surgi-

mento de uma série de empreendimentos alternativos populares. No Brasil, atualmente, o desemprego está em baixa. Isso é um fato. Um dos dados que está sendo usado para explicar porque o desemprego está em baixa no País, mesmo com o Produto Interno Bruto (PIB) não crescendo muito, está ligado



“Estamos vivendo um momento inédito. Nunca houve tão pouca gente chegando à idade de entrar no mercado de trabalho”

ao crescimento demográfico. Neste sentido, nós estamos vivendo um momento inédito. Nunca houve tão pouca gente chegando à idade de entrar no mercado de trabalho.

O que precisamos ter em mente é que, hoje, considerando a realidade dos dois países, estar desempregado na Espanha ou empregado no Brasil pode não ser muito diferente, uma vez que temos os mesmos serviços lá e aqui. Lá, perdendo qualidade em função da crise; aqui com uma prestação de serviços que não acompanha o crescimento do mercado de trabalho. Temos uma pres-

são enorme de demandas na universidade, por exemplo, e não há recursos necessários para atendê-las.

Então, temos um quadro em que os jovens desempregados na Espanha ou empregados no Brasil vivem uma situação parecida. É uma turma que tem entre 20 e 35 anos, ou mesmo mais. Há muita gente de 40 anos hoje na Espanha e no Brasil, que nunca teve uma experiência de trabalho formal, por motivos diferentes. Aqui tivemos o crescimento de um mercado paralelo de pequenas empresas formalizadas ou não, que surgiu como alternativa.

Na Espanha, ainda há resquícios do colchão amortecedor do Welfare State, seguro desemprego, uma facilidade de acesso a serviços, com direitos adquiridos no período do pós-guerra, que aqui não existe. Mas essas pessoas são parecidas, como são os jovens de Istambul, que vivem em uma economia em situação semelhante à da brasileira. O que acontece nestes casos? Como é que esses jovens, mesmo estando empregados, conseguem ter ânimo e demandas, questionando o atual estágio do desenvolvimento capitalista? Por que, mesmo estando empregados, esses jovens começam a questionar o shopping center na praça, ameaças a liberdades civis, valores passados presentes em governos atuais?

Adverso: Ninguém parece ter essas respostas ainda...

Glaucia: Penso que uma parte da resposta é: porque se trata de outro tipo de pessoa e de realidade, onde estar empregado não significa que se está feliz com o capitalismo. Onde, no caso da Espanha, estar desempregado não significa que você não tenha uma apreciação sobre o sistema ou que você esteja pensando apenas em um emprego. Outro exemplo interessante para se pensar essa situação é o do Japão. É um caso fantástico. É uma economia que não cresce há décadas, mas as pessoas não estão saindo às ruas por causa disso. Saem por preocupações com o meio

ambiente, com a energia nuclear e a sua segurança.

Então, nós temos três grupos aí. Temos os países que estão crescendo com emprego, como é o caso do Brasil e da Turquia, os que não estão crescendo e têm desemprego elevado, caso da Espanha, e os que não estão crescendo, mas não têm desemprego elevado, como o Japão. O que quero dizer é que não é propriamente o fato de se estar dentro do sistema, empregado, ou fora dele, desempregado, que faz com que as pessoas tenham ou não uma apreciação crítica a ele. No caso do Japão, temos uma economia estagnada há muitos anos, não há uma situação de “está tudo bem, estamos empregados” ou “está tudo mal, estamos desempregados”, e mesmo assim temos outro tipo de apreciação crítica ao sistema, neste caso com uma ênfase na questão energética e ambiental. Aí, aparece outro elemento comum nestas manifestações, que é a combinação de um tema local com outro, de caráter estrutural e global.

Adverso: Essa caracterização sobre o surgimento de um novo tipo de figura social, do qual esses jovens que estão na rua seriam uma expressão, ajuda a entender porque os sindicatos não estão na linha de frente dessas manifestações. Com o avanço da precarização, da terceirização e de diferentes formas de trabalho, diminuiu o número de trabalhadores sindicalizados e, com isso, a força dos sindicatos. O que parece estar mudando, ou já mudou, é a relação das pessoas com o mundo do trabalho...

Glaucia: Sem dúvida. E é nisso que eu mais aposto como resultado dessas manifestações. Tomara que a crítica à corrupção vire uma crítica aos corruptores; tomara que a crítica aos corruptores vire uma crítica ao tamanho do poder econômico e sua influência perversa sobre o sistema político. A

democracia submetida ao poder econômico deixa de ser democracia. E tomara também que essa crítica ao poder econômico vire também experimentação de formas econômicas alternativas. A



“O sistema capitalista não é uma coisa só monolítica, onde tudo que é grande é ruim e tudo que é pequeno é bom. Nesse momento é possível aprofundar este debate”

internet também serve para isso, para articular formas de experimentar novas economias. Já há várias alternativas em curso nesta direção: alternativas para se hospedar, para se alimentar, para prestar serviços uns para os outros, sem ser via os mecanismos de mercado. Há novas formas de política e de economia que podem surgir daí.

Adverso: Essas mudanças no mundo do trabalho parecem exigir também uma nova forma de pensar a própria economia. Se o mundo do trabalho está sofrendo uma profunda transformação, as implicações disso serão enormes...

Glaucia: O mundo do trabalho está

em transformação o tempo inteiro. Imagine o que eram os movimentos de 1848. Era um momento de assalariamento pavoroso onde, entre outras coisas, se dispensava trabalhadores adultos para ter trabalho feminino e infantil. Depois houve uma resposta a isso e o sistema foi obrigado a contemporizar e a atender certas demandas. Houve derrotas políticas e muitas mortes para os trabalhadores, mas toda aquela pressão deu em alguma coisa. Paralelamente a isso, foi ocorrendo uma mudança no chão de fábrica, nas relações de trabalho, nas formas de contratação, no tipo de produção. No início do século XX, o fordismo começa a ser a forma dominante de organização do trabalho, o assalariamento em massa vai se combinar com o consumo em massa, com o sindicalismo forte, e os salários em elevação. Depois, veio a crise fordista e iniciou outro momento.

Na economia, há uma escola interessante, que são os chamados regulacionistas franceses. Eles associam essa resposta que temos no chão de fábrica com o que eles chamam de regime de acumulação, que tem a ver com o modo como o capital acumula esses ganhos, com formas institucionais e com o modo de regulação estatal associado aos interesses do capital. Essas instâncias todas se movem, provocando reações umas nas outras. E instâncias diferentes requerem instrumentos de atuação diferente. O sistema capitalista não é uma coisa só monolítica, onde tudo o que é grande é ruim e tudo o que é pequeno é bom. Estamos vivendo um momento em que é possível aprofundar esse debate. Vai demorar um tempo para que esse aprofundamento comece a gerar palavras de ordem sobre o que a gente quer mesmo. Mas isso já está acontecendo.

Adverso: Essas novidades parecem abrir também uma nova dimensão para o debate da economia solidária...

Glaucia: Claro. Todos esses jovens

que trabalham com Tecnologia da Informação já integram um mundo que tem peso na economia. Esse cara, mesmo que não saiba que a economia solidária tem a ver com autogestão, com os experimentos de trabalhadores da Inglaterra no século XVIII ou da Tchecoslováquia no século XX, ele tem outro ideal de felicidade e de realização. Ele não quer ir para o sistema financeiro ganhar muito dinheiro, não ter tempo para fazer coisa nenhuma e morrer de ataque cardíaco aos 50 anos. Ele tem notícias de que o mundo é diferente. Ele quer viajar e sem gastar muito dinheiro.

Essas práticas e concepções até já têm um nome: economia colaborativa. Eu acho que essa economia colaborativa não é tão diferente assim da economia solidária que cresceu na América Latina nos anos 1980, com a crise do emprego formal. É claro que a gente precisa mexer em coisas muito profundas para que ela dê um salto. O problema do capitalismo é transformar toda troca, em troca mercantil. Esse modelo é insustentável e será superado, pois a mercantilização de toda troca é uma não limitação de toda troca...

Adverso: Em que sentido é uma não limitação?

Glaucia: Tomemos o caso do assalariamento. O salário é um preço. Na medida em que o sistema capitalista vai produzindo mais e mais coisas, a única forma dessas coisas serem vendidas, e de não ter crise, é fazendo o salário crescer junto. Não que ele cresça e fique muito alto. A velocidade de crescimento do salário costuma ser insuficiente. Não é a toa que nos países capitalistas mais avançados, negocia-se ganhos de produtividade, garantindo reajustes automáticos de salários. Mas isso não é suficiente.

Quando se faz isso, como no caso do capitalismo alemão, o que acontece é que ele produz mais e mais, gerando novas demandas de mercantilização.

Essa é a base do julgamento de (Karl) Marx, que dizia: o capitalismo não vai ser superado porque tem problemas. Este sistema tem problemas, é verdade, mas o seu pior problema é sua melhor virtude, a saber, ele é muito produtivo, é muito competente na produção de riquezas. Ele é tão competente, que sua base social não consegue sustentar esse super-desenvolvimento da produção de riquezas.

Isso tem desdobramentos em todas as áreas. Por exemplo, hoje você consegue produzir um filmezinho com seu celular, pois há um grande barateamento dos meios de produção, e o celular acaba se tornando um meio de produção, o que faz com que você não precise de uma cadeia de negócios para fazer seu próprio filme. O problema, a seguir, é: como é que você vai veicular esse filme? Aí nós vemos uma corrida acontecendo: o sistema capitalista tentando se apropriar daquilo que você criou fora do sistema. Hoje, tudo aquilo que é criado fora do sistema sofre uma pressão de captura para voltar para dentro do sistema. Há várias pressões atuando dentro desta panela e elas tentam arrumar um jeito de sair para fora. Elas procuram romper essa panela de alguma maneira. Uma revolução seria a explosão da panela. Mas não precisa ter explosão. O metal da panela pode começar a derreter e a abrir pequenos buracos por onde a pressão consegue sair. Eu acho que é isso um pouco o que está acontecendo hoje.


Adverso: A partir da crise econômico-financeira internacional de 2007-2008, começou-se a falar cada vez mais de um renascimento de Marx. Pelo que você diz, parece que a retomada deste autor é importante, não só para entender a crise, mas também para olhar esses novos fenômenos sociais que estamos vendo agora...

Glaucia: Sem dúvida. E eu acho que a leitura vai além dele, e creio que Marx

ficaria muito feliz com isso. Há um problema no marxismo, nas leituras que foram feitas de Marx ao longo do século XX e, em certo sentido, no texto do próprio autor, que é a desconsideração da dimensão individual. Os textos do jovem Marx trazem uma discussão sobre a consciência individual, mas esse ponto acabou não sendo muito desenvolvido. Lá pelas tantas, a consciência está no bolso, na ideologia dominante, nas estruturas sociais, e isso vai ficando muito pesado, esvaziando a nossa capacidade de ação individual.

Autores como (Herbert) Marcuse e Erich Fromm tentaram fazer uma discussão a respeito disso, mas acho que foi insuficiente. Hoje, há toda uma nova carga de informações e experiências, como as da psicanálise, por exemplo, que abrem novos espaços e enfoques para tratar destes temas. Isso dá ao próprio marxismo uma potência que ele não tinha antes.

A gente é de uma época em que, no movimento político contestatório, quem falasse em realização individual era imediatamente acusado de desvio pequeno burguês ou coisa pior. Ninguém mais diz isso. Por outro lado, quem dizia que não era possível mudar o mundo sem começar a mudança por si mesmo também não está dizendo mais isso dessa maneira esquemática. É tudo junto. Se eu fizer pequenas mudanças no ambiente, terei condições de fazer com que o meu potencial tenha outro peso. Se eu fizer pequenas mudanças no meu modo de viver, novas possibilidades sociais e existenciais se abrem.

O cinema hollywoodiano está cheio disso hoje. Tem muita gente dizendo que o atual padrão de trabalho e de consumo é insuficiente. Podem até não estar dizendo o que fazer, apontando "o" caminho, mas estão deixando claro que o modelo atual não serve mais. Isso ainda não está escrito em um programa de partido, ou algo do tipo, mas é inegável que há coisas novas sendo experimentadas no mundo. Isso é fato. 

Cidadania à flor da pele

Iniciativa da Ufrgs garante 10 vagas para indígenas em diferentes faculdades a cada ano

por Ana Esteves

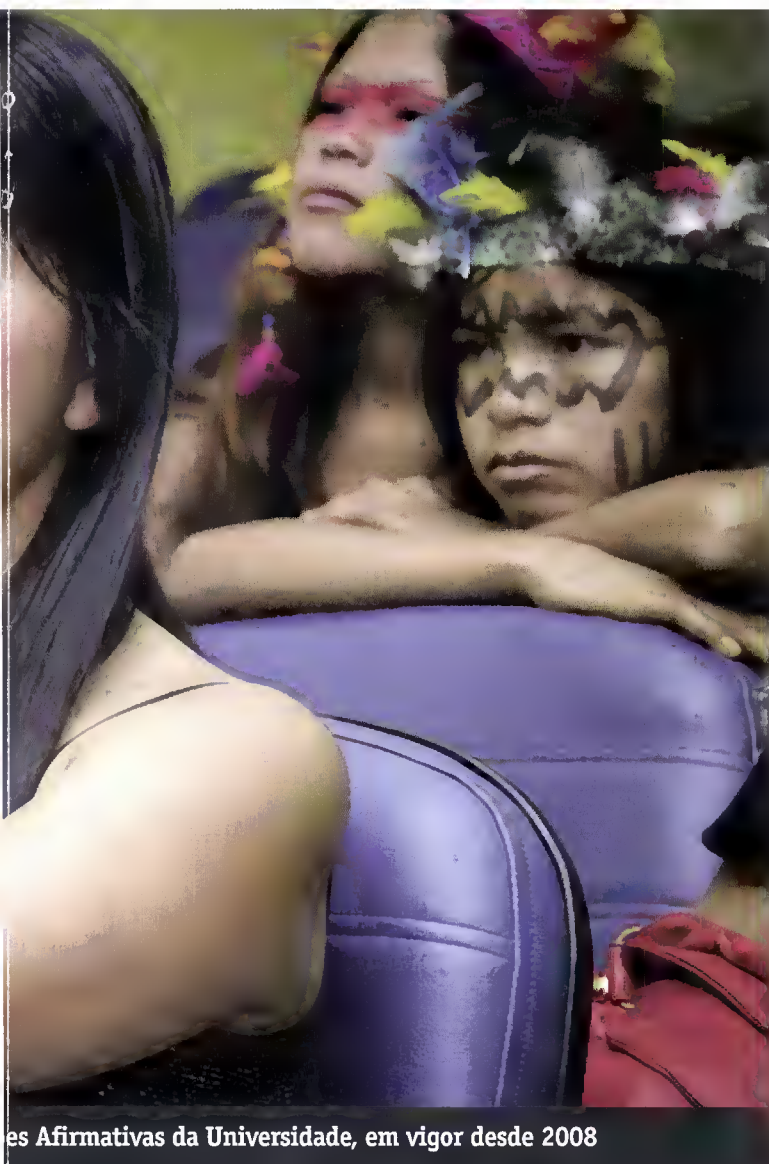


Divulgação / Ufrgs

Primeira graduada indígena do curso de Enfermagem da Ufrgs, Denize Letícia Marcolino é uma das beneficiadas pela Política de Ações Afirmativas

O sorriso orgulhoso de quem foi aprovado com mérito em todas as cadeiras do primeiro semestre do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) é apenas um dos indícios da felicidade e da realização de um pioneiro: o menino Marcos Vesolosquzi, membro da aldeia Kaingang, é um dos 38 indígenas que desde 2008 fazem parte do quadro de alunos da Universidade. A possibilidade de inclusão foi resultado da iniciativa do Programa de Ações Afirmativas da Ufrgs, que garante 10 vagas para indígenas em diferentes faculdades, criadas anualmente e especificamente para este fim. “Foi uma grande mudança na minha vida, pois deixei o lugar pacato onde morava com minha família para vir para a cidade, morar na Casa do Estudante. Mas é por uma boa causa, pois pretendo me formar, retornar para a aldeia e reverter todo o conhecimento que eu adquirir para ajudar minha comunidade”, afirma Vesolosquzi.

No comando da Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas da Ufrgs, a professora Luciene Juliano Simões diz que o programa representa um grande avanço para a inclusão social e também um grande desafio. “Vivemos em uma política de estado que é universalista, na qual os grupos que estão mais atentos e aparelhados acabam abocanhando as vagas. Por isso a importância desse movimento de cidadania e inclusão”, aponta. Luciene destaca que o programa não inclui apenas a vaga por si só, mas toda uma gama de ferramentas que possibilitem que os alunos de fato possam se inserir na vida acadêmica: desde moradia garantida na Casa do Estudante, sem filas e sem concorrência, até uma bolsa permanência de R\$ 400,00 sem a necessidade de fazer estágio, pois no caso destes estudantes existem medidas compensatórias especiais, devido a toda uma legislação de proteção indígena vigente no Brasil.



es Afirmativas da Universidade, em vigor desde 2008

A contrapartida para a bolsa é conseguir permanecer nas disciplinas. Também é ofertado um curso de inglês, no qual os alunos indígenas costumam se reunir e trocar experiências. “Nos ajudamos muito nessas aulas, pois é uma das poucas oportunidades de nos encontrarmos, já que cada um estuda em um curso diferente”, diz Vesolosquzki. “Também criamos um sistema de monitores e tutores que acompanham esses alunos durante um tempo, orientando-os e ajudando-os principalmente nos primeiros semestres, quando passam por um período importante de adaptação”, completa Luciene.

As dificuldades inerentes à vida universitária e a um mundo novo fora das aldeias costumam ser muitas. Vesolosquzki recorda que uma das coisas que mais impactou durante o seu primeiro semestre da faculdade foi o perfil individualista de muitos de seus colegas. “Na aldeia – que reúne mais de 10 mil pessoas no

município de Nonoai, no Norte do Estado – estamos acostumados com um pensamento comunitário: um por todos e todos por um. Mas na cidade é bem diferente, e eu tenho dificuldade de entender porque as pessoas se concentram mais em si mesmas”, diz o graduando. Mas, ao mesmo tempo, ele conta que percebe um sentimento muito grande de solidariedade e interesse de alguns colegas em ajudá-lo e em conhecer melhor seus costumes.

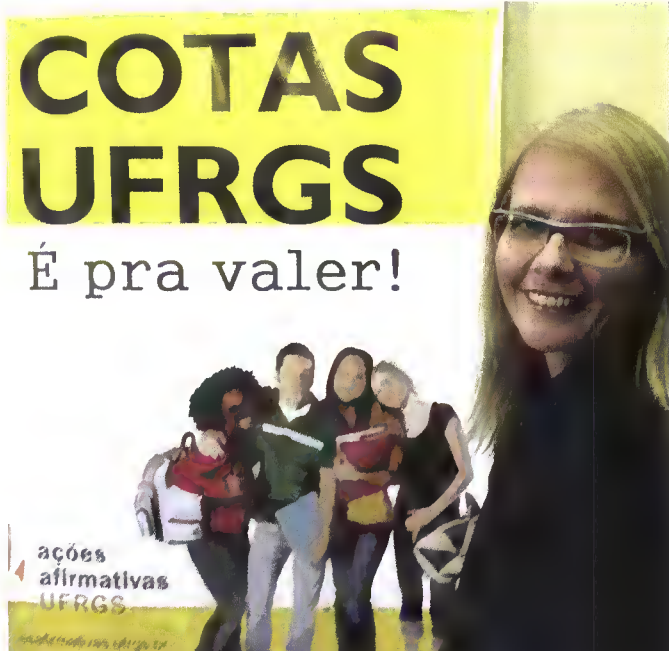
“Agora já saio, faço festa com meus colegas. Sou muito brincalhão, então me entroso rápido. Tive a vantagem de ter feito o Ensino Médio aqui em Porto Alegre, o que me facilitou. Mas sei que, para outros indígenas, a realidade é ainda mais adversa”, comenta. Vesolosquzki também passou pelo desafio de desvendar o meio virtual, o uso dos computadores e das redes sociais. “Quando comecei a frequentar as aulas, vi que muitos colegas falavam em twitter, facebook, Power Point, Word. Precisei me acostumar e aprender a utilizar estas ferramentas e hoje já domino bem, aprendi usando”, revela. O futuro advogado também conta que só consegue estudar em absoluto silêncio, o que costuma ser difícil para quem mora na Casa do Estudante. “Venho de um local onde há muito silêncio e me acostumei a estudar nesse clima de tranquilidade. Aqui na cidade é difícil, sempre vou para a biblioteca para conseguir me concentrar.”

Obstáculos como os relatados por Vesolosquzki têm feito com que muitos alunos acabem desistindo do curso: de 50 estudantes que deveriam estar nos bancos universitários desde 2008, apenas 38 se mantêm nas faculdades. Os cursos oferecidos são escolhidos de acordo com a demanda das comunidades e definidos durante encontros que reúnem lideranças das aldeias, como caciques e representantes da Universidade. No vestibular 2013, foram ofertadas vagas nas áreas da saúde, das ciências



Fotos: Ana Esteves

Marcos Vesolosquzki, do curso de Direito, passou pelo desafio de desvendar o uso dos computadores




COTAS UFRGS
É pra valer!

A coordenadora do Programa de Ações Afirmativas da Ufrgs, Luciene Simões, afirma que houve avanço para a inclusão social, mas ainda há desafios neste sentido

agrárias e das ciências humanas: Medicina, Enfermagem, Odontologia, Psicologia, Agronomia, Direito, Serviço Social, Geografia, Pedagogia e História.

Em 2012, o pioneirismo ficou por conta da aluna Denize Letícia Marcolino, primeira graduada indígena do curso de Enfermagem da Ufrgs. Ela ingressou na Universidade em 2008, quando entrou em vigor a Política de Ações Afirmativas. O êxito de Denize teve um reflexo ímpar para a comunidade universitária, por ser considerado como resultado de um esforço cooperativo da aluna, dos professores e dos colegas. Ela deixou sua comunidade em 2008, distante 600 quilômetros de Porto Alegre, e morou durante quatro anos e meio na Casa do Estudante da Universidade, enquanto frequentava as aulas e realizava os estágios do seu curso.

Neste período, Denize relata que o principal desafio foi enfrentar a saudade da família. Há poucos dias de retornar à sua região, onde pretende atuar como enfermeira, ela diz ter aproveitado intensamente a oportunidade de viver em Porto Alegre e de estudar na Ufrgs. “Levo toda esta experiência para atuar na minha comunidade”, afirma.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a discussão que resultou nas cotas indígenas começou timidamente em 2004, dentro do Projeto de Extensão de Formação de Professores Indígenas e Produção de Material Didático, que envolvia os cursos de Educação, Antropologia e Letras. Desde o começo, havia a preocupação de não apenas pensar o ingresso, mas também a questão da permanência dos estudantes indígenas na Universidade. 

Sobre a população indígena

- Segundo o Censo de 2010 do IBGE, 32.989 indígenas vivem no Rio Grande do Sul. Destes, 13.820 estão em centros urbanos e 19.169 em terras indígenas. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) contabiliza uma população de 17.515 da etnia Kaingang e 2.121 de índios Guaranis (Ñandeva e Mbya).

- Ainda de acordo com o Censo 2010, quando o IBGE aprimorou a investigação sobre a população indígena no País, foram coletadas informações tanto da população residente nas terras indígenas, fossem seus membros declarados ou não, quanto indígenas declarados fora delas.

- Dados relativos ao Brasil dão conta de que o País conta com o registro de 896,9 mil indígenas, dos quais 36,2% moram em áreas urbanas e 63,8% na área rural.

- No Censo 2010, foram declarados no quesito cor ou raça 817,9 mil indígenas. Estes servem de base de comparações com os Censos de 1991 e 2000. Também contam as 78,9 mil pessoas que residiam em terras indígenas e se declararam de outra cor ou raça (principalmente pardos, num total de 67,5%), mas se consideravam “indígenas” de acordo com aspectos como tradições, costumes, cultura e antepassados.

Inscrição nas provas seletivas da Ufrgs (cotas)

O portal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (www.ufrgs.br) apresenta detalhes sobre as formas de inscrição para os alunos interessados em realizar algum curso na Instituição. Para se inscrever, o candidato deverá, no momento de inscrição, apresentar uma declaração de Membro da Comunidade ou Aldeia Indígena, assinada pela Liderança da Comunidade Indígena (Cacique/Lideranças/Chefe) e validada por demais Lideranças e ou Membros, também desta Comunidade e homologada pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Além disso, é preciso apresentar uma autodeclaração de que o candidato não possui curso superior, completo ou incompleto, e de que não está vinculado a nenhuma Instituição de Ensino Superior. O processo seletivo se constitui de duas provas, sendo uma de Língua Portuguesa, com 25 questões de escolha múltipla, mais a prova de redação, na modalidade dissertativa.

Academia contesta residência compulsória

por Ana Esteves



Medida do governo federal gera polêmica e descontentamento entre estudantes e profissionais de Medicina em todo o País

A obrigatoriedade dos alunos de Medicina de atuarem por dois anos no Sistema Único de Saúde (SUS) em serviços de urgência e emergência da rede pública para receberem o diploma gerou polêmica e descontentamento entre estudantes e Conselhos de Medicina em todo o País. A medida que integra o programa Mais Médicos, lançado pelo governo federal em julho deste ano é válida para todos os alunos que ingressarem no curso a partir de 2015, em faculdades públicas e privadas.

Para o diretor da Adufrgs-Sindical e professor Associado do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia do Hospital de Clínicas da Ufrgs, Ricardo Savaris, o programa Mais Médicos tenta remediar algo que nunca foi levado a sério pelo governo federal: a saúde. “Com investimento de 4,4% do orçamento da União, a má gestão desse dinheiro e a precarização da infraestrutura na área da saúde, seja no interior ou nas capitais, levou o surgimento dos problemas neste setor, que todos conhecemos”, destaca. Ele acredita que colocar a culpa na ausência de médicos nestes locais é uma medida que não irá melhorar em nada a questão do atendimento à população. “Não se termina com a fome trazendo mais cozinheiros”, diz

o médico, fazendo menção a um dos dizeres impressos nos cartazes das recentes manifestações populares que tomaram as ruas do Brasil.

O diretor do sindicato diz que não adianta colocar médicos inexperientes em locais remotos, sem recursos, sem estrutura de apoio, sem medicamento, sem equipamentos de imagem, sem laboratório, sem gaze, para cuidar da população brasileira. Na visão dele, a medida só irá gerar mais encaminhamentos para os centros de referência e aumentar a superlotação nas emergências e nas filas de espera para conseguir uma consulta.

“Parece uma ideia bonita levar o aluno de Medicina para o interior para ganhar R\$ 10 mil mensais, por no máximo 36 meses. Perceba, porém, que obrigar alguém a ir a um lugar que ele não deseja, sem agulha e fio de sutura, e, se ele não for, não poderá receber o diploma de médico, é uma afronta à cidadania. Daqui a pouco, a obrigação será para o dentista, o psicólogo, o engenheiro, o enfermeiro”, opina Savaris. “Além disso, a remuneração proposta não é salário, é bolsa de 36 meses, para 40 horas semanais, enquanto que o piso do salário médico proposto pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam)

é de R\$ 10,4 mil (ano referência 2013) para 20 horas."

O diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), José Geraldo Lopes Ramos, considera que todo o projeto que tem como objetivo a melhoria da saúde para a população brasileira tem que ser visto com "bons olhos" e normalmente apoiado, mas admite que, neste caso, a decisão tomada pelo governo federal é bastante "controversa" e foge do consenso das partes envolvidas. Ramos avalia que o ponto de maior discussão é quanto à obrigação de realizar dois anos de "trabalho forçado" após a formatura.

"É muito difícil mensurar qual será o impacto desta medida. Nós estamos encaminhando para o atendimento médico recém-formados que nem sempre estarão totalmente habilitados para tratar de todas as situações. Muitas vezes, haveria a necessidade da realização de uma residência para tratar certos casos médicos. Talvez fosse mais lógico realizar este estágio após o aluno ter passado pela residência médica", pondera Ramos. Além disso, o gestor afirma que a questão de aumento de vagas nos cursos de Medicina tem que ser vista por diversos ângulos: o Brasil prossegue, aponta Ramos, sendo um país continental, com diversidades visíveis.



O professor Ricardo Savaris considera a ideia de trazer médicos estrangeiros para o Brasil uma desvalorização do aluno formado no País

Sem investimento em infraestrutura

No Norte e Nordeste do País existe uma falta muito maior de médicos do que nas regiões Sul e Sudeste. Conforme o diretor da Faculdade de Medicina da Ufrgs, as diversidades de cada região deveriam ser contempladas, respeitando neste momento a autonomia das universidades. "O aumento das vagas de residência médica tem que ser visto como uma medida muito boa. Hoje somente cerca de 40% dos médicos formados realizam a residência por não haver vagas para todos. Novamente, a maior parte das vagas está nas regiões sul e sudeste. Existe uma carência muito grande em várias especialidades como anestesiologia, traumatologia, pediatria, oftalmologia, entre outras. Imagino que o aumento de vagas nestes casos diminuiria em muito o tempo de espera de vários procedimentos médicos", discorre Ramos.

Para o diretor da Faculdade de Medicina da Ufrgs, entre as vantagens da medida, está a possibilidade de trazer à discussão da sociedade o problema da saúde brasileira e tentar buscar soluções para o setor. "Talvez a distribuição de médicos em áreas carentes possa dar alguma melhora no sistema de saúde", sugere. Para Ramos, a grande desvantagem, no entanto, é que o projeto não prevê de forma contundente o investimento em infraestrutura.

O governo não tocou no assunto de regionalização nem na hierarquização da saúde. Não se pode deixar um médico perdido em uma comunidade pequena, sem ter um sistema de referência e contra-referência adequado para os casos mais graves, critica Ramos. "Também somos partidários de que a saúde não é realizada somente por médicos. Profissionais da área, como nutricionistas, odontólogos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, entre outros, fazem parte de uma equipe multidisciplinar, que, em nenhum momento, foi contemplada pelo projeto. Fica parecendo que o problema de saúde do Brasil é exclusivamente causado pela falta de médicos."

O diretor da Faculdade de Medicina da Ufrgs lembra ainda que a residência médica, na sua apresentação atual, é curso de pós-graduação sensu lato regulamentado por Lei, que funciona em universidades ou em hospitais credenciados pelo Ministério da Educação para a formação de médicos especialistas em treinamento. Dependendo, um profissional pode necessitar de dois a sete anos para terminar sua preparação. É um estágio de 60 horas semanais, onde no máximo 10% da carga horária pode ser teórica.

O treinamento é essencialmente prático dentro de ambulatórios ou em hospital. Uma residência de ginecologia e obstetria, por exemplo, tem três anos, podendo

ser realizado um quarto ano adicional. Uma residência de neurologia pode ter dois anos, mas requer que o candidato tenha feito uma residência de clínica médica anteriormente como pré-requisito, e assim por diante.

Mas afinal, a medida poderia diminuir o problema da falta de médicos ou, mais do que isso, seria preciso investir em estrutura para hospitais e emergências? Para Ramos, essa é a grande controvérsia. Segundo os estudos realizados pelo Ministério da Saúde, sim. Contudo, hoje o País tem 400 mil médicos em atividade e forma cerca de 20 mil novos por ano.

A proposta é que com o tempo se acrescentaria mais 11 mil formandos por ano. Não parece que o número total de médicos vá influenciar em mudanças significativas, apontam os especialistas. O problema central, segundo eles, é a má distribuição destes médicos pelo País. Existem regiões com menos de 0,5 médicos por 1 mil habitantes. Porto Alegre atinge a quase oito médicos por 1 mil habitantes. Londres tem 2,4.

"Só acrescentar médicos não adianta. Inserir-los em comunidades carentes, sim. O desafio de como fazer é a questão primordial. Uma proposta é a criação de uma carreira médica para o SUS, à semelhança do que se faz no Judiciário. O médico poderia fazer concurso público, sabendo a trajetória que teria para os próximos anos. Embora haja grandes salários pagos pelas prefeituras do interior do Brasil, estes empregos normalmente são temporários, e sem a segurança trabalhista necessária. Esta mudança poderia auxiliar a fixar o médico em comunidades mais carentes", afirma Ramos.

Savaris destaca que a residência médica hoje é uma formação indispensável para os recém-formados, uma vez que é nela que eles realmente aprendem a atuar como médicos capacitados para solucionar problemas mais complexos. Ele detalha que para entrar na residência existe um processo de seleção muito rigoroso, com poucas vagas para especialidades carentes, como anestesiologia. E completa que a ideia de equiparar o número de vagas para residência com o número de formandos cai no mesmo problema da infraestrutura.

Comparativo com a realidade

Uma residência leva de dois a cinco anos para ser realizada e o médico recebe uma bolsa de R\$ 2.976,26 para trabalhar exclusivamente em um local de ensino. Portanto, se alguém quisesse cursar, por exemplo, urologia, entrando com 18 anos na faculdade, teria que fazer seis anos de graduação somados a dois anos de estágio no SUS, com mais dois anos de cirurgia geral, três anos

de urologia e mais um ano de exercício. "São 14 anos de formação, para depois começar a carreira de médico, em uma profissão que ainda não foi regulamentada adequadamente, e cujo piso salarial é baseado na Lei de 1961, ou seja, de três salários mínimos", detalha Ricardo Savaris.

O médico faz um comparativo com a realidade dos professores formados para ensinar estes alunos: "Adicione os 14 anos, mais dois de mestrado e quatro de doutorado. Serão 20 anos de formação para iniciar a carreira de professor, com R\$ 2,7 mil para 20 horas semanais. Isso tudo, para ter uma aposentadoria que vai depender do capital especulativo. Um deputado federal, por outro lado, o qual necessita apenas saber escrever o seu nome, sai ganhando imediatamente R\$ 26.723,13 para trabalhar, mais uma ajuda de custo de R\$ 26.723,1 para compensar as despesas com mudança e transporte para morar em Brasília, onde há os apartamentos funcionais."

Na opinião de Savaris, o governo federal iniciou uma campanha de desvalorização do médico e o elegeu como a causa dos problemas da saúde brasileira. "O governo é rápido em dizer quantos médicos faltam no País, mas não informa quantos leitos faltam para a população, quantos meses leva para realizar um exame de tomografia ou de mamografia pelo SUS, para entrar na fila da quimioterapia, para a correção da hérnia, da cirurgia do quadril. Estes dados, quando disponibilizados, necessitariam apenas do investimento do governo, sem a obrigatoriedade de enviar alunos do 6º ano de Medicina para trabalhar em lugares remotos."

Sobre a vinda de médicos estrangeiros para o Brasil, Savaris considera a medida como forma de desvalorizar o aluno formado no País. "Sou contra a importação de médicos sem a revalidação do diploma. Não faltam médicos ou faculdades de Medicina no Brasil. A má distribuição de profissionais que existe hoje no País é decorrente da falta de condições de trabalho ou da presença de uma carreira de estado para o médico. A procura será espontânea, uma vez que haja condições de trabalho e uma carreira médica, com o pagamento da remuneração do piso salarial do médico de acordo com a Fenam. É impossível importar médicos sem a revalidação do diploma. Isso que está se fazendo com a população brasileira é muito sério", dispara.

Procurada pela reportagem da revista *Adverso*, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcs-pa) afirmou, via assessoria de imprensa, que no momento não há nenhum detalhamento sobre o assunto que está sendo tratado pelo governo como medida provisória. ▀

Projeto de extensão divulga cultura gaúcha através da dança

Grupo Tchê/Ufrgs realiza apresentações de bailado tradicional do Rio Grande do Sul em festivais e eventos acadêmicos

por Araldo Neto

Fotos: Divulgação / Tchê-Ufrgs



Difundir a cultura do Rio Grande do Sul é o objetivo do Grupo de Danças Tradicionais Gaúchas Tchê/Ufrgs, criado em 2006, como projeto de Extensão ligado ao curso de Dança da Universidade. Ao longo de sua trajetória, o Tchê – abreviação para Tradição, Cultura e Herança – vem representando a Ufrgs em diversos espetáculos, dentro e fora da Instituição.

Aberto à comunidade em geral, atualmente o grupo conta com cerca de 40 membros. “Não é preciso saber dançar ou ter algum conhecimento prévio. A ideia é integrar quem tiver interesse em aprender”, afirma a coordenadora, Malu Oliveira, professora do curso de Licenciatura em Dança da

Universidade. Esta foi uma oportunidade para a bióloga Bruna dos Santos Ruiz, que não tinha um parceiro para bailar e também não queria arcar com custo de mensalidade para aprender as danças tradicionais gaúchas. Há seis anos, ela ingressou no Tchê/Ufrgs, seguindo o exemplo de amigos que integravam o grupo.

“Queria muito aprender. Isso me motivou a participar”, destaca. “Como é gratuito, o projeto cumpre com o caráter de extensão universitária, possibilitando o acesso da população ao que é desenvolvido na Ufrgs”, avalia o estudante de Educação Física, Endrigo Machado. Ele destaca que este é um aspecto peculiar, visto que atualmente a maioria dos



projetos de extensão cobra pela prestação de serviços. O analista de sistemas Tiago Aguiar também tomou conhecimento do grupo através de amigos. Mesmo trabalhando na área tecnológica, ele sentia falta de uma atividade ligada à parte artística. “O Tchê fechou perfeitamente com o que eu buscava”, revela.

A professora aponta que o grupo tem como premissa não participar de competições de dança. “A partir do momento que representas culturalmente um povo, não existe necessidade de competir. Dentro do nosso grupo se estabeleceu um amor muito grande por preservar a tradição gaúcha, por agregar pessoas que queiram fazer isso, mas em hipótese

alguma para competir com alguém.” As danças praticadas pelo Tchê/Ufrgs são as mesmas dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) espalhados pelo Estado. Malu afirma que o grupo trabalha preservando e difundindo as coreografias tradicionais do Rio Grande do Sul, que foram resgatadas a partir de pesquisa histórica feita por Paixão Cortez e Barbosa Lessa. “Elas têm um valor cultural que só conseguimos compreender no momento em que colocamos todo nosso empenho em um trabalho de preservação e divulgação, não deixando com que sejam esquecidas”, afirma a professora.

Com dois ensaios semanais na Escola de Educação Física (Esef) da Ufrgs, os integrantes do Tchê se encontram



Malu Oliveira, professora do curso de Licenciatura em Dança, diz que a ideia é integrar qualquer pessoa da comunidade que tenha interesse em aprender

nas segundas e quartas-feiras, das 19h30min às 22h30min. Além do grupo adulto, o projeto conta ainda com mais duas ramificações, o Tchêzinho, voltado às crianças, e o Tchê Xirú, que trabalha junto ao público da maturidade. O grupo artístico representa a Universidade em diversos eventos dentro do ambiente acadêmico, como o Festival de Inverno Maré de Arte, da Pró-Reitoria de Extensão, realizado em Tramandaí, e a recepção de calouros da Secretaria de Relações Internacionais (Relinter), que vêm todos os anos estudar na Ufrgs. “Mostramos as danças gaúchas para os estudantes que vêm do Exterior e eles se encantam com o amor que temos pela nossa cultura, na afirmação de nossa identidade”, comenta a professora Malu. Ela destaca que o

grupo também participa dos encontros acadêmicos de diferentes cursos, como Saúde Coletiva, Pedagogia, Educação Física, Dança, entre outros.

O Tchê/Ufrgs realiza ainda apresentações em festivais de dança fora do Estado. Em 2012, foi uma das atrações do Festival Nacional Universitário de Danças Populares, realizado na Universidade Federal do Ceará. Ministrando oficinas naquele espaço, salientou a importância da prática do ensino na transmissão da cultura. Este ano, o grupo foi selecionado para participar do Festival de Joinville, na mostra Palcos Abertos – não competitiva –, um dos mais famosos eventos de dança de todo o mundo.

Até atingir o reconhecimento e ter esta série de convites para participar de importantes encontros e festivais de dança, o Tchê precisou superar diversos obstáculos. No início, o grupo dependia apenas do esforço de cada um dos membros. Rifas e churrascos eram organizados para arrecadar recursos para a compra das pilchas para as apresentações. “No começo, contávamos com a força de vontade de cada integrante para que o projeto continuasse. Da Universidade, usávamos a sala para ensaiar. O trabalho sempre foi fundamentado na vontade de fazer, porque estrutura a gente não tinha”, comenta a professora de Dança.

Depois de sete anos de história, e após traçar uma caminhada de realizações, o grupo conta hoje com apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Ufrgs. Entretanto, alguns problemas ainda persistem. A coordenadora informa que o Campus Olímpico, onde ocorrem os ensaios, sofre com a fal-





ta de espaço físico, em decorrência do aumento dos cursos que o local abriga. Devido à carência de espaço, algumas vezes o grupo tem que ensaiar nos gramados do campus, à noite. “Fazemos muito, com as possibilidades que temos, e uma das coisas que nos impede de melhorar o trabalho é a falta de espaço físico”, reforça a professora Malu Oliveira. Integrante do Tchê/Ufrgs desde o início, o professor de Educação Física, Carlos Fazenda Júnior, revela que os obstáculos enfrentados são motivo de superação na hora das apresentações do grupo. “A gente lembra das dificuldades que passou, tudo isso vem à tona no momento em que estamos no palco, é bem emocionante. Além de representar a Universidade, representamos nosso grupo e toda a história que carregamos”, pontua.

Danças nacionais representativas

No último mês de junho, o Tchê/Ufrgs comemorou seu aniversário com uma apresentação inédita no palco do Salão de Atos da Ufrgs, tradicional casa de espetáculos da Universidade. O grupo apresentou o espetáculo de dança O Sul da América do Sul para uma plateia com cerca de 900 pessoas. O espetáculo mostrou as danças representativas do Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile e do Sul do Brasil, procurando, através de pesquisa sobre suas raízes, manter a autenticidade e a originalidade marcantes nas expressões dançantes dos povos.

“As danças nacionais representativas foram forjadas nos

entrelaçamentos de culturas. Esses países que trazemos no espetáculo têm em suas danças raiz cultural, que também se arraigam às nossas danças tradicionais gaúchas. Contamos estes entrelaçamentos bailando no palco”, afirma a coordenadora do grupo. Danças como o Pericón uruguaio, com seus versos declamados; o Cachimbo chileno, com seus meneios de lenço; ou a Galopeira paraguaia, com os sarandeios das índias, mostram esta semelhança gestual característica do bailado sul-americano e ganham cor e alma gaúcha nas danças tradicionais do grupo. “Foi com base nesta pesquisa histórica que montamos o espetáculo”, detalha Malu. Além da apresentação no Salão de Atos da Ufrgs, o espetáculo também foi apresentado por duas vezes na Casa de Cultura Mário Quintana.

Acampamento Farroupilha

Em setembro, a agenda do grupo Tchê/Ufrgs estará cheia, em virtude das comemorações da Semana Farroupilha. Praticamente todos os dias, o grupo realizará apresentações nos piquetes, representando a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. “Nossas pilchas ficam enfumaçadas de segunda-feira até o sábado”, brinca a coordenadora do grupo de danças tradicionais gaúchas. Segundo a professora Malu Oliveira, o mês de setembro é, sem dúvida, o momento mais esperado do ano. “Compartilhamos o prazer de preservar a nossa história, fazendo o que mais amamos: bailando a dança que nos formou.”

Universidade de Córdoba chega ao quarto século de existência

Arquivo / UNC



Intervenções de rua e outras atividades festivas integraram as comemorações dos 400 anos da Instituição argentina de Ensino Super

Os 400 anos da Universidade Nacional de Córdoba (UNC) foram comemorados junto com a população da cidade argentina, em uma série de atividades nos últimos dias 17 a 19 de junho (data esta que é considerada o aniversário oficial da Instituição). Os festejos em distintos bairros incluíram intervenções de rua, atividades culturais, uma quermesse, uma festa de aniversário com um circo e uma feira de ciências no Observatório Astronômico. Nas palavras do reitor da UNC, Francisco Tamarit, foi uma festa não só de Córdoba, mas de todo o sistema universitário argentino. “O que começou aqui é uma tradição muito singular para o sistema universitário latino-americano e para o mundo. Uma universidade massiva, grande e de alto nível científico.”

Contar a história da Universidade, que este ano chega ao quarto século de existência, é contar um pouco a história da América Latina. Uma das mais antigas instituições de ensino superior do continente, a UNC passou pelas principais mudanças

sociais, econômicas e políticas que marcaram a Argentina e toda a região. A origem desta universidade, a exemplo de outros centros de estudos superiores da América Latina, está associada à ordem jesuítica Companhia de Jesus. Em junho de 1613, o bispo Fernando de Trejo y Sanabria assumiu o compromisso, junto ao padre provincial Diego de Torres, de estabelecer cursos de Latim, Artes e Teologia. A promessa foi cumprida.

Já no ano seguinte, 50 alunos começaram a cursar seus estudos, mas não puderam receber os títulos, porque os jesuítas não tinham autorização real nem eclesial para emití-los. Isso aconteceu só em 1621, quando o papa Gregório XV autorizou todas as escolas administradas pelos jesuítas a conceder graus de Bacharel, Licenciado e Doutor.

Nascida independente da autoridade real, a Universidade de Córdoba não recebia manutenção da Coroa e governava a si própria. O provincial da ordem jesuíta indicava o reitor, que admi-



or, em meados de junho deste ano

nistrava a Instituição sem interferência da Coroa. Como todas as universidades coloniais, atuou para a formação dos filhos de representantes dos grupos dominantes. No caso de Córdoba, porém, a Companhia de Jesus investiu fortemente na formação das elites e do clero, inclusive o secular. Para tanto, foram criadas duas faculdades: a de Artes (Filosofia) e a de Teologia. Os estudos eram caros e os alunos pagavam taxas para matrícula, realização de provas e exames, obtenção de graus e certificados. Além disso, todos os candidatos a ingressar na Universidade deviam apresentar um “estatuto de limpeza de sangue”, que atestasse legitimidade de nascimento, pertencimento à “religião cristã” e ausência de “nota de mulato”.

A administração jesuíta chegou ao fim em julho de 1767 com a expulsão determinada por Carlos III, que acusou a Ordem de conspirar contra a monarquia espanhola. Neste período, os jesuítas tinham dois polos de grande poder: o econômico e o ide-

ológico, este último representado pelas missões do Paraguai e pela Universidade de Córdoba. Com sua expulsão, os franciscanos assumiram o comando da UNC sob forte influência da Coroa espanhola. Carlos III baniu os autores jesuítas da Universidade, determinou a volta das teologias de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino e criou a figura do censor. Os franciscanos incorporaram autores modernos, como Descartes, Newton e Leibniz, e estudos de física para a investigação da natureza. Além disso, criaram a Faculdade de Direito e Ciências Sociais.

No início do século XIX, Gregorio Funes inicia importantes reformas, entre as quais se destaca a criação da Cátedra de Aritmética, Álgebra e Geometria. Em 1815, Funes implementa novo currículo para as áreas de Artes, Teologia e Direito, seguindo tendência que se verificava em praticamente toda a América Latina, que ia se libertando do domínio espanhol. Em 1820, dado a inexistência de um órgão nacional, o governador Juan Bautista Bustos decidiu incluir a Universidade de Córdoba no âmbito provincial. A nacionalização da Instituição ocorreria em 1856, junto com a da Universidade de Buenos Aires.

Em 1885, a Lei Avellaneda regulamentou o funcionamento das universidades nacionais, habilitando-as a estabelecer os estatutos para suas administrações. Neste momento, a Universidade de Córdoba formava quadros da política nacional e provincial, não só de Córdoba, mas também de Tucumán e de Cuyo. No início do século XX, a Universidade vive as tensões que pulsavam na sociedade argentina entre liberais e católicos, conservadores, autonomistas e radicais, durante o processo de modernização econômica e social. No entanto, Córdoba seguiu sendo o reduto de uma elite conservadora que tinha na Universidade seu principal espaço de poder.

Em 1912, a Lei Saénz Peña estabeleceu o voto universal no país, abrindo um novo contexto histórico, que acabou impulsionando, entre outras coisas, uma reforma universitária de perfil modernizador. A Universidade torna-se, assim, o espaço de formação de elites políticas de caráter mais cosmopolita que até então. Entre outras medidas, a Reforma Universitária de 1918 aprovou a participação de professores, estudantes e egressos na administração da Instituição, a adoção de métodos públicos de seleção dos docentes e o compromisso com a transformação social.

Os governos de Juan Perón implementaram um projeto de ampliação do acesso à Universidade, eliminando a cobrança pelos estudos de graduação, e da amplitude dos estudos, fundando as Faculdades de Ciências Econômicas, Filosofia e Humanidades, entre outras. O pensamento desenvolvimentista dos anos 1950 e 1960, alimentado, entre outros centros, pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), também penetrou na Universidade de Córdoba, que forneceu muitos quadros para o apar-

to do Estado argentino, especialmente para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas.

A partir de 1975, a Universidade passa a viver um difícil período. Neste ano, o governo de María Estela Martínez de Perón intervém nas universidades públicas nacionais, inaugurando um período de perseguição e expulsão de professores e de uma série de restrições acadêmicas. O ambiente universitário também sofreu com a ação de grupos paramilitares que tinham como alvo sindicalistas, ativistas e intelectuais, muitos deles vinculados à UNC, como professores, estudantes ou egressos. Esse quadro se agravou a partir da ditadura militar de 1976, que só fez aumentar a perseguição e a repressão.

UNC teve 203 mortos ou desaparecidos na ditadura

Um trabalho realizado pelo pesquisador Gonzalo Pedano, formado na Faculdade de Filosofia e Humanidades, apontou 203 nomes de pessoas ligadas à Universidade de Córdoba, mortas pela ditadura ou ainda desaparecidas. Essa investigação mostrou que a Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design registrou o maior número de desaparecidos e assassinados (45), sendo seguida pela Faculdade de Filosofia e Humanidades (42) que, no período da ditadura, incluía também o curso de Psicologia. Também tiveram vítimas durante a ditadura a Faculdade de Ciências Médicas (39), a Faculdade de Direito e Ciências Sociais (27), a de Ciências Econômicas (17), a de Ciências Agropecuárias (14) e a Faculdade de Ciências Exatas, Físicas e Naturais (11), entre outras unidades.

Para recordar as vítimas do terrorismo de Estado, a UNC inaugurou a Praça da Memória, da Verdade e da Justiça, um monumento com os nomes dos membros da comunidade universitária, mortos ou desaparecidos durante a ditadura. O fim do período repressivo, em 1983, começou a devolver a normalidade ao funcionamento da Universidade, com a reintegração de professores que tinham sido afastados. Voltou com força a ideia de uma academia comprometida com a sociedade. Esse princípio sofreu um novo golpe nos anos 1990, com as políticas neoliberais de Carlos Menem e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que promoveram a mercantilização do conhecimento e o desmantelamento do estado.

No início do século XXI, depois de uma crise econômica que sangrou o país, o estado volta a ter um papel protagonista no desenho e na implementação das políticas de ensino superior. Atualmente, a UNC, conforme seus dirigentes definem, “trabalha para aprofundar o compromisso com a sociedade, gerando políticas de ciência e técnica que a situam no campo da inovação científico-tecnológica e produtiva, assim como nos aspectos democratizadores da educação”. “Nestes 400 anos, a Universidade Nacional de Córdoba renova sua vocação na construção crítica do conhecimento científico e na responsabilidade de torná-lo acessível em um contexto que reclama a democratização nos modos de transmissão e apropriação do saber. É também uma oportunidade para ampliar as fronteiras da inclusão social e revalorizar a educação pública; fortalecer os processos de ampliação de direitos e

construção de cidadania, e convocar as novas gerações a somar-se a estes desafios”, afirma a Instituição na página construída para marcar a passagem dos 400 anos (www.400.unc.edu.ar).

Cenário atual

O sistema público universitário argentino possui pouco mais de 1,3 milhões de alunos e registrou um aumento de 24% de sua população estudantil no período entre 1999 e 2009. A Universidade Nacional de Córdoba abriga quase 9% de todos esses estudantes, ficando atrás apenas da Universidade de Buenos Aires. A Instituição conta com quase 108 mil estudantes de graduação e cerca de 9 mil estudantes de pós-graduação.

Entre outros centros de excelência, a Universidade conta com o maior laboratório de hemoderivados da América Latina. Esse possui a planta fracionadora de plasma com a maior capacidade de produção e comercialização da região, exportando para vários países da região (Bolívia, Paraguai, Peru, República Dominicana, Guatemala, Equador, Chile e Uruguai). Além disso, produz medicamentos genéricos injetáveis e osso humano para uso odontológico e traumatológico. O Laboratório de Hemoderivados da UNC é também um investimento do estado argentino para restringir o poder das grandes corporações do setor, garantindo a autossuficiência em medicamentos hemoderivados, regulando os preços do mercado e assegurando o abastecimento das instituições públicas de saúde.

A UNC também se orgulha de ter o supercomputador mais potente de toda a Argentina. Batizado de Cristina, em homenagem à professora e pesquisadora María Cristina Giordano, pioneira da investigação em físico-química em Córdoba, o supercomputador entrou em serviço em 1 de março de 2010, na Faculdade de Ciências Exatas, Físicas e Naturais da Universidade. Ele conta com 540 processadores conectados por uma rede chamada infiband. Graças à sua grande velocidade de transferência de dados, essa rede possibilita que a comunicação entre dois processadores se dê em alguns microssegundos, enquanto que nas redes normais é 1 mil vezes mais lenta. 🗣️



Pátio restaurado da Universidade Nacional de Córdoba

Qual o futuro dos protestos que sacudiram o Brasil?

Sindicalistas e sociólogos avaliam resultados e o rumo das manifestações que ocorreram recentemente em diversas capitais do País

por Patrícia Comunello



Movimento que surgiu em Porto Alegre se espalhou para as demais capitais brasileiras, levando milhares de pessoas às ruas

E agora Brasil? Quem pisou por alguns minutos nas avenidas e ruas de Porto Alegre entre maio e junho deste ano não ficou imune a uma constatação: algo novo aterrisou no cenário político local e transbordou por todo o País. E quem foi às ruas ou não, mas que assistiu atônito pela TV às manifestações e a cenas de violência (entre depredações e saques), agora se pergunta: o que mudou ou pode mudar daqui para frente? Das centenas de milhares de participantes – no dia 20 de junho, a conta rompeu 1 milhão de pessoas nos maiores protestos por capitais, de Porto Alegre a Belém –, semanas depois, uma paralisação convocada por centrais sindicais com apoio de partidos e uma greve geral chamada de paralisação mal alcançaram 1 mil integrantes, no caso da capital gaúcha.

Passados os momentos de temperatura mais elevada (até explosiva), especialistas, integrantes de centrais, sindicatos e estudantes fazem suas traduções sobre os

episódios recentes e projetam o ambiente que poderá novamente registrar as mobilizações e cobranças sobre governos e empregadores. A professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Raquel Weiss, avalia que as medidas anunciadas pela presidente Dilma Rousseff, em uma tentativa de acalmar os manifestantes, não terão este efeito. A dúvida, exemplifica, fica por conta da reação de setores de classe média ao plano que permite médicos formados fora do Brasil atuarem no SUS sem revalidar o diploma. Raquel identifica um novo perfil nos protestos. “Continuo achando que houve apropriação, pela direita, da força mobilizada inicialmente pela esquerda, que também está reagindo. De um lado, há tentativa de dizer que todo movimento é contra a presidente. Os setores mais à esquerda tentam mostrar que há mais problemas, que transcendem os governos, são mais estruturais”, inter-



Professora de Sociologia da Ufrgs, Raquel Weiss opina que as medidas anunciadas pela presidente Dilma não conseguirão acalmar os ânimos

preta a docente.

A capital gaúcha foi a precursora das manifestações que varreriam o País. Mas muito antes, em 2012, os primeiros sinais de que algo estava se armando foram detectados. O também professor da Sociologia da Ufrgs e especialista em movimentos sociais, Marcelo Kunrath, associa o estopim dos fatos pautados pela luta por redução de preços do transporte coletivo e adoção de passe livre, a pautas como a crítica à privatização de espaços públicos e o protesto que resultou no esvaziamento do boneco de plástico inflável e símbolo da Copa do Mundo de 2014, o Fuleco, instalado no Largo Glênio Peres, por iniciativa de um ícone do capitalismo, a grife Coca-Cola. Porto Alegre perdeu o boneco, que nunca mais voltou ao antigo palco, e o controvertido episódio acenderia as fileiras de estudantes universitários dispostos a lutar por mudanças.

Efervescência X vida normal

Fenômeno descrito por um dos clássicos da Sociologia contemporânea, o francês Émile Durkheim, a efervescência pode desencadear mudanças cruciais em uma sociedade. Raquel Weiss, uma das maiores estudiosas do pensamento durkheimiano no Brasil, detectou sintomas claros da experiência. "Quem participou das manifestações, viveu um momento excepcional e saiu com uma convicção

mais forte sobre as suas crenças", descreve a professora. Esta situação é traduzida por um sentimento de fazer parte de um todo. "Neste processo, é crucial a diferença de sensação quando se está lá (na rua) e de quando se está na vida ordinária. É a força que está ligada ao sagrado", completa Raquel, que aposta em consequências mais duradouras. "Criou-se um fato novo em nossa sociedade. As manifestações serviram para as pessoas perceberem que poderiam se encontrar e dar sentido às suas vidas", examina a docente.

Nas ruas, um grito ganhou popularidade: "Quem não pula quer aumento, quem não pula quer aumento." O hit, que virou sucesso nacional, traduziu a revolta contra a elevação dos preços dos bilhetes, considerados abusivos. Em Porto Alegre, o rápido contágio da pauta, que atraiu quadros de escolas públicas e privadas, teve a primeira vitória com uma decisão judicial que cancelou o reajuste de R\$ 0,20. Quem pensou que o corte apagaria o fogo dos protestos errou feio. A fagulha já estava por todos os lados. O casal de designers Marcelo Boher e Fran Caye lançou "os dez mandamentos por um Brasil Melhor". Na praça pública dos protestos, Boher defendia que havia espaço a propostas de todos os matizes e criou folhetinhos com hinos, em ritmos de rap a bossa nova, para em-



balar as ondas de protestos. Este era o começo dos atos, a partir da Praça Montevideu. O que começou a preocupar foram os encerramentos dos eventos, nas imediações das avenidas Ipiranga e João Pessoa, quase sempre terminando em confronto entre a repressão da Brigada Militar, com suas bombas de gás, e a reação de manifestantes. O 2º vice-presidente da Adufrgs-Sindical, Lúcio Olímpio Vieira, assinala que a atuação da BM instaurou o debate sobre o papel da força de segurança ante as atividades democráticas.

Às consequências dos protestos, somam-se os prejuízos ao patrimônio público e privado. O bancário da agência do Banrisul, na avenida João Pessoa, Bruno Rudzewicz, entrou desolado no estabelecimento em 20 de junho, após a terceira quebradeira do local. Enquanto caminhava entre vidros estilhaçados, ele narrava ao celular para seu gerente o cenário de guerra, com pedaço de madeira enterrado na porta giratória e móveis lançados na calçada.

Membro do Bloco de Lutas, uma das organizações que lidera desde o começo das ações em Porto Alegre, Lucas Maróstica, também ligado ao PSOL e estudante de Ciências Sociais da Ufrgs, diz que as mobilizações irão continuar, com foco na aprovação do passe livre. O projeto

tramita na Câmara de Vereadores, com regime de urgência. O grupo também participou da ocupação do Legislativo que ocorreu entre 10 e 18 de julho, que provocou suspensão de sessões, momentos tensos e cenas bizarras, como as imagens em vídeo e foto de participantes seminus na área da galeria de vereadores. “Não vejo problema em fazerem o protesto, mas acho que (tirar a roupa) foi um erro tático, pois a sociedade é muito conservadora. A mídia acabou falando mais tempo dos pelados do que da razão da ocupação”, avalia Maróstica.

Passado o episódio, o movimento busca agora se reorganizar, a partir de reunião nacional, ocorrida em julho, entre grupos diferentes em nomes, mas focados no transporte coletivo – Bloco de Lutas pelo Transporte Coletivo, em Porto Alegre; Passe Livre, em São Paulo; e Fora Cabral (governador), no Rio de Janeiro. Assembleias locais devem retomar as ações. “O foco é o passe livre”, esclarece a liderança estudantil. “Em algum momento, os protestos voltarão fortes. Acumulamos muita energia”, garante o universitário, que aponta o combustível na conduta dos governos. “As respostas foram pífias até agora, ao lado do desinteresse em entender o que ocorreu nas ruas. Isso vai fazer com que a indignação volte em algum momento”, previne.

Futuro de cobranças

O efeito dos movimentos de rua foi acordar segmentos do sindicalismo que estavam adormecidos, ou não conseguiam chamar atenção com tanto vigor às duas pautas. No dia 11 de julho, uma greve geral chamada de paralisação geral, convocada por sete centrais, conseguiu literalmente parar quase tudo. Em Porto Alegre, a quinta-feira lembrou um feriado. Sem ônibus coletivo, trabalhadores não puderam comparecer às empresas, que entre bancos, lojas e uma diversidade de setores, preferiram não afrontar o movimento. O contágio atingiu todo o Estado e o País. O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Estado, Claudir Nespolo, comemora o prejuízo imposto aos empresários: “Faz parte da luta de classes”. Nespolo avisa que já está marcada nova greve para 30 de agosto. “Será uma segunda onda de paralisações. Demos um prazo para que as instituições (leia-se governo e Congresso) trabalhem nas nossas pautas. O governo sinaliza que fará uma agenda.”

Diferentemente do setor estudantil, ligado ao transporte, as centrais pregam melhorias das leis trabalhistas, políticas públicas por mais verbas para saúde, educação e reforma agrária, democratização dos meios de comunicação e reforma política. Nespolo não viu como problema a falta de ônibus no dia 11 de julho, que impediu a participação de ato marcado para o Centro da Capital. “O ato é um detalhe na manifestação. Mais importante foi ge-



rar prejuízos a bancos e oligarquias. Mais importante foi paralisar a economia”, define o sindicalista. “O próximo protesto seguirá a mesma linha, com foco em impor novo prejuízo aos empresários”, adianta Nespolo.

Questionado sobre as motivações das centrais, o presidente da CUT-RS diz que o alvo não é Dilma ou outros governos, mas as relações com o capital. “Os movimentos de rua despertaram a juventude alienada, mas chegaram a ser disputados por redutos conservadores. Começou com transporte, mas não causou nenhum prejuízo ao grande capital”, afirma o dirigente. A liderança da maior central em atuação no País admite que as manifestações criaram “um clima” para as ações dos trabalhadores. Nespolo atribui os atos que repeliram pessoas vinculadas a partidos e sindicatos ao desgaste das instituições, mas considera que as atitudes foram circunstanciais. “Eles (jovens) devem se agrupar em organizações e ter suas bandeiras para manter a participação”, projeta.

Lúcio Vieira aposta que os temas manterão a mobilização. O Sindicato das Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre turbinou a greve geral do dia 11 de julho com ações de comunicação, destacando a pauta em outdoors instalados na Capital. Vieira rende-se ao efeito das manifestações que dominaram a arena em maio e

junho. “O movimento de rua que antecedeu o dia 11 foi uma explosão espontânea do descontentamento que vinha aumentando devido à falta de soluções e respostas às reivindicações”, traduz o sindicalista. “As pessoas viram que conquistas não se solidificavam, e a conta apareceu e foi apresentada.” O diretor da Adufrgs-Sindical identifica o recurso da internet como novidade, um diferencial para espalhar rapidamente a mobilização.

“Este recurso ajuda, mas não organiza. O que faltava era entidades criadas na luta democrática tomar a frente no movimento”, indica Vieira. O diretor da Adufrgs sugere que entre os “gigantes adormecidos”, termo que passou a ser usado para identificar um suposto levante nacional, estavam as centrais sindicais, a UNE e outros segmentos que capitanearam as lutas políticas desde os anos de 1990. “Eles se acomodaram na última década, talvez por conta de terem achado que haviam chegado ao poder e que tudo iria mudar, mas não foi bem assim”, interpreta.

A voz das ruas

Atraído pela riqueza sociológica dos protestos, Marcelo Kunrath colocou estudantes em campo. Em entrevistas com manifestantes, o grupo confirmou as diferentes motivações. “Queremos produzir documentos e abordar diversas dimensões dentro do processo de mobilização – desde a importância da internet ao repertório de pautas, além da ação da polícia nos confrontos”, adianta o professor da Sociologia da Ufrgs. “O que surpreendeu foi a rapidez com que os movimentos aceleraram, ganharam mais adesão e explodiram nacionalmente”, descreve o professor que estuda movimentos sociais. Kunrath observa que o dado novo, após o junho das manifestações históricas, é a reação de sindicatos, MST e centrais. “Os movimentos mostraram capacidade de influir no governo, e as organizações aproveitam para inserir mais pautas. A conjuntura está sensível”, traduz o especialista.

Para Kunrath, as redes sociais se revelaram fortes instrumentos para arregimentar grupos e pessoas dispersas. “Mas é limitada para sustentar as ações. O povo das redes sociais saiu das ruas”, detectou o especialista em movimentos, “o que pode ter relação com a inserção de organizações identificadas com a esquerda”. Ao participar de um ciclo de debates no Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (Ilea), no Campus do Vale, o professor de Ciências Políticas da Ufrgs, André Marengo, buscou traduzir os atos, frisando a presença dominante da classe média. “Pesquisa mostrou que 43% das pessoas que foram às ruas têm Ensino Superior, 49% ganha mais de cinco salários-mínimos e que o transporte público está em terceiro lugar nas prioridades. O primeiro item é o combate à corrupção”, mapeou. ▀



O professor Marcelo Kunrath descreve que o que surpreendeu foi a rapidez com que os movimentos aceleraram, ganharam adesão e exploraram no País

Sobre ação que condenou Ufrgs ao pagamento de auxílio-alimentação nas férias e licenças

Em 2002 a Adufrgs-Sindical moveu ação judicial questionando a prática adotada naquele tempo pela Ufrgs de suspender o pagamento do auxílio-alimentação durante férias e licenças. Vitoriosa a ação depois de muitos anos de tramitação, foram apresentados cálculos que abrangem o período de 1997 a 2002, tendo recentemente sido expedidas as Requisições de Pagamento dos créditos dos professores. Importante ressaltar que esta ação abrange apenas professores em atividade no período de 1997 a 2002.

O depósito de tais valores está previsto para o mês de agosto de 2013. Assim que efetivado, e liberados os valores para pagamento, a assessoria jurídica da Adufrgs (Bordas Advogados) fará contato por e-mail e por carta com os beneficiários, indicando os números das contas para levantamento dos valores.

Deste modo, pedimos especial atenção aos professores para que verifiquem recebimento de e-mail do escritório Bordas, ou carta no caso de professores que não utilizem e-mail, a partir do mês de agosto, a fim de obtenção das orientações necessárias ao levantamento de tais valores.

A listagem completa dos beneficiários e respectivos números de contas de tais pagamentos já está disponível para consulta na Adufrgs. No caso de falecimento de algum beneficiário, pedimos à família que faça contato com a assessoria jurídica (Bordas Advogados - Praça da Alfândega, nº 12/10º andar - telefone 32289997) para obter orientações de procedimentos para recebimento dos valores. Pedimos, por fim, que os professores mantenham seu cadastro atualizado junto à assessoria jurídica, enviando os seguintes dados ao escritório Bordas através do e-mail bordas@bordas.adv.br.

Viabilidade de ação judicial para reposicionamento de professores aposentados como associado

O reposicionamento dentro da classe de professor associado, previsto no artigo 35 da Lei 12.772/2012, foi disponibilizado pelas universidades apenas aos professores em atividade, com base em orientação contida na Nota Técnica Conjunta 01/2013 Sesu/Setec/SAA/MEC. De acordo com o artigo referido acima, o professor que integra a classe de associado pode pedir seu reposicionamento para um dos quatro níveis da classe conforme o tempo de doutorado, conforme tabela:

Reposicionamento na classe de associado

Anos da obtenção do título	Posicionamento direto
17 anos	Associado 2
19 anos	Associado 3
21 anos	Associado 4

Ocorre que este entendimento de aplicar esta vantagem apenas aos ativos não leva em conta a situação de professores aposentados depois de 2006, já na classe de associado.

A maior parte dos docentes aposentados na classe de associado tiveram suas aposentadorias regradas pelas Emendas Constitucionais 41 e 47, especialmente em seus artigos 6º e 7º, respectivamente. A relação jurídica mantida com a administração posteriormente à jubilação é de natureza estatutária e guarda relação de paridade entre a carreira integrada pelo professor.

Por ser uma hipótese de reclassificação com base em critério objetivo (tempo de titulação de doutorado), o entendimento da Adufrgs-Sindical e de sua assessoria jurídica é de que o reposicionamento previsto no artigo 35 é aplicável aos aposentados. A entidade já encaminhou uma solicitação formal de caráter coletivo. Além disso, por orientação da assessoria jurídica, diversos aposentados já solicitaram este reposicionamento, o qual foi negado pela Ufrgs. Portanto, já

está demonstrada a posição da Universidade, cabendo agora a discussão judicial.

Aqueles que tiverem interesse em encaminhar ação judicial deverão preencher os formulários disponibilizados no Informativo Adufrgs nº 094 de 18 de julho, que pode ser encontrado no site da entidade. Os documentos podem ser entregues nas sedes da entidade ou diretamente no

escritório Bordas Advogados (Praça da Alfândega, nº 12, 10º andar). Lembramos que a assessoria jurídica dispõe de plantões de atendimento para esclarecimentos de dúvidas de segunda à quinta-feira, das 14h às 16h, pessoalmente ou por telefone no escritório Bordas Advogados Associados (Praça da Alfândega, nº 12/10º andar – telefone 3228.9997), sem necessidade de agendamento de horário.

Liberado 2º lote de valores aos professores titulares da Ufrgs que sofreram descontos em 2006

Por ocasião da implementação da classe de professor associado, em 2006, houve o pagamento de valores retroativos a alguns meses, em especial aos professores titulares que tiveram um aumento de vencimentos. Logo em seguida, contudo, a administração descontou parte deste valor dos professores titulares, ao argumento de que teria calculado de forma equivocada estes valores. Na época, a Adufrgs-Sindical ajuizou medida judicial contra este desconto, fundamentando seu pedido na absoluta boa-fé dos professores e na natureza alimentar das verbas salariais.

Reconhecido o direito à devolução dos valores indevidamente descontados, foram apresentados cálculos a partir de informações obtidas junto à universidade, o que gerou o pagamento a um grande grupo de professores titulares em 2012. Contudo, depois de apresentados os primeiros cálculos, foram identificados outros casos de professores que sofreram o mesmo desconto, mas que ficaram de fora das primeiras listagens fornecidas pela universidade. Prontamente a lista foi complementada o que gerou um segundo cálculo para os professores titulares que não receberam os valores na primeira leva de 2012.

Portanto, aqueles titulares que já receberam a devolução destes valores no ano de 2012 já foram contemplados. Os pa-

gamentos deste segundo grupo abrangem apenas os professores titulares da Ufrgs (em 2006) que ainda haviam recebido nada a esse respeito. O depósito de tais valores já foi efetuado pelo Poder Judiciário e os pagamentos já estão sendo liberados aos respectivos beneficiários. A assessoria jurídica da Adufrgs (Bordas Advogados) está fazendo contato por e-mail e por carta com os beneficiários, indicando os números das contas judiciais para levantamento dos valores.

Deste modo, pedimos especial atenção aos professores titulares para que verifiquem recebimento de e-mail do escritório Bordas, ou carta no caso de professores que não utilizem e-mail, a fim de obtenção das orientações necessárias ao levantamento de tais valores.

A listagem completa dos beneficiários e respectivos números de contas de tais pagamentos está disponível para consulta na Adufrgs. No caso de falecimento de algum beneficiário, pedimos à família que faça contato com a assessoria jurídica (Bordas Advogados - Praça da Alfândega, nº 12/10º andar – telefone 32289997) para obter orientações de procedimentos para recebimento dos valores. Pedimos, por fim, que os professores mantenham seu cadastro atualizado junto à assessoria jurídica, através do e-mail bordas@bordas.adv.br.

COBRANÇA DE LICENÇAS PRÊMIO EM DINHEIRO

A Adufrgs-Sindical recorda aos professores aposentados a partir de 30/8/2001 que não gozaram suas licenças-prêmio e tampouco as computaram para aposentadoria, que o sindicato foi vitorioso em processo judicial garantindo a percepção destas licenças em dinheiro. Procure a ADUFRGS ou a assessoria jurídica para maiores informações.

Assessoria Jurídica da ADUFRGS-Sindical

Bordas Advogados Associados
Praça da Alfândega, 12, 10º andar
Edifício London Bank
CEP: 90010-150 Porto Alegre/RS
(51) 3228.9997
www.bordas.adv.br
bordas@bordas.adv.br

**O Sindicato dos Professores das Instituições
Federais de Ensino Superior
de Porto Alegre (Adufrgs-Sindical)
está integrado às ações nacionais na defesa de:**

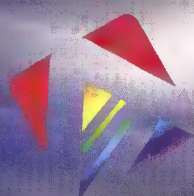
- ✓ **10% do PIB para a educação pública,**
- ✓ **10% do orçamento da União para a saúde pública,**
- ✓ **Fim do fator previdenciário,**
- ✓ **Reforma política imediata.**

**Esta luta representa os interesses dos professores da
Ufrgs, Ufcspa, e IFRS- Campus Porto
Alegre e Campus Restinga**



Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA

UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre
e IFRS-Campus Restinga



ADufrgs
sindical